GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

RELATÓRIO ANUAL

CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO RIO GRANDE DO SUL

| INFORME DE 2017 |

SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL

O **Relatório Anual de Condições Socioeconômicas do Rio Grande do Sul** encontra-se organizado na seguinte ordem:

a. Destaques do informe

b. Educação
   - Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental
   - Taxa líquida de matrícula no ensino médio

c. Saúde e longevidade
   - Taxa de mortalidade infantil
   - Expectativa de vida em anos

d. Segurança e violência
   - Taxa de homicídios

e. Renda, desigualdade e pobreza
   - Renda domiciliar *per capita* média
   - Índice de Gini
   - Percentual da população abaixo da linha de pobreza

f. Glossário

DESTAQUES DO RELATÓRIO ANUAL 2017

Indicadores de educação, saúde e renda apontam melhora no Rio Grande do Sul entre 2007 e 2017

Avanços, entretanto, foram inferiores aos da média brasileira. Destaque negativo foi a violência, que aumentou a partir de 2014

O presente relatório tem por objetivo apresentar a evolução de alguns dos principais indicadores socioeconômicos para o Rio Grande do Sul e Coredes (sempre que os dados forem disponíveis) ao longo da última década (2007 – 2017 ou ano mais recente), confrontando esse desempenho com as condições observadas nas demais unidades federativas e a média nacional. Os indicadores selecionados cobrem 4 dimensões: (i) **educação e escolarização**; (ii) **saúde e longevidade**; (iii) **segurança e violência**; e (iv) **renda, desigualdade e pobreza**, permitindo uma avaliação dos possíveis avanços e retrocessos ao longo do período 2007 – 2017.

De forma geral, embora seja possível evidenciar claros avanços em quase todas as áreas avaliadas no período, tanto no Rio Grande do Sul quanto na média brasileira, bem como desenhar um quadro relativamente mais favorável das condições de vida no Rio Grande do Sul frente à maioria das demais unidades federativas, deve-se ressaltar desacelerações e retrocessos observados no período recente (sobretudo, a partir de 2015), **potencialmente atrelados aos efeitos negativos da crise na economia**. Esse quadro, como se sabe, é marcado pelo aumento expressivo do desemprego e queda da renda da população – com reflexos sobre a taxa mortalidade infantil, índices de violência e o nível de desigualdade socioeconômica. Diante desse contexto, apresentam-se a seguir as principais conclusões em cada uma das 4 dimensões avaliadas:

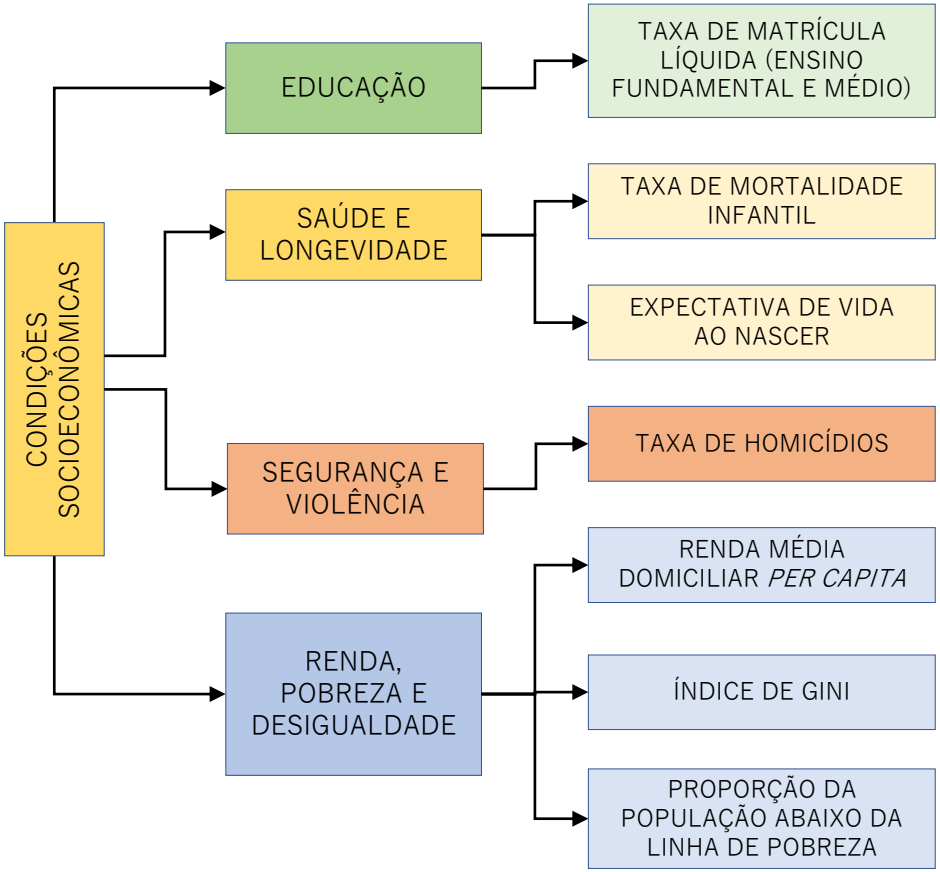
- **Educação e escolarização:** segundo dados da PNAD Anual e PNAD Contínua – Divulgação Anual (a partir de 2016), do IBGE, a taxa líquida de matrícula no Rio Grande do Sul encerrou 2017 em 94,6% (ensino fundamental) e 54,2% (ensino médio). Em termos de variação, entre 2007 e 2017, a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental apresentou alta de 3,7 pontos percentuais, enquanto a correspondente para o ensino médio teve incremento de 2,5 pontos percentuais. Mais recentemente, é possível notar uma queda na taxa líquida de matricula no ensino médio. De forma geral, os avanços na educação e escolarização do estado, embora importantes, foram menos intensos do que o verificado para a média nacional, garantido ao Rio Grande do Sul uma posição intermediária entre as unidades federativas com maiores e menores taxas de matrícula;
- **Saúde e longevidade:** de acordo com dados do SINASC/DATASUS, SIM/DATASUS e do IBGE, entre 2007 e 2016 (último ano com dados disponíveis), a taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul recuou de 12,8 para 10,2 óbitos por 1.000 nascidos vivos, ao passo que a expectativa de vida ao nascer da população gaúcha atingiu 77,8 anos em 2017: um aumento de 2,8 anos face a 2007. Comparativamente, embora o progresso tenha sido inferior à média brasileira, o quadro no estado em relação às demais UFs ainda é privilegiado;
- **Segurança e violência:** segundo dados do SIM/DATASUS e IBGE, entre 2007 e 2016, a taxa de homicídios no Rio Grande do Sul aumentou de 20,3 para 28,6 homicídios por 100 mil habitantes. De forma comparativa, o incremento nesse indicador de violência no estado foi superior ao observado na média brasileira, sobretudo a partir de 2014;
- **Renda, desigualdade e pobreza:** de acordo com dados do IBGE, em 2017, a renda domiciliar *per capita* média da população gaúcha era de R$ 1.695, valor 28,6% superior à média brasileira (em 2007, essa diferença era de 19,3%). No último ano, a proporção da população abaixo da linha de pobreza (apresentava renda domiciliar *per capita* inferior à R$ 230 mensais*) era de 5,1% no Rio Grande do Sul, enquanto no Brasil correspondia a 12,1% (em 2007, os percentuais eram, respectivamente, 11,0% e 18,8%). Finamente, em termos de desigualdade, o Coeficiente de Gini calculado para o Rio Grande do Sul em 2017 foi de 48,9, patamar inferior ao da média brasileira (54,7). Em 2007, a diferença era de 5,1: o Índice de Gini era de 50,3 no Rio Grande do Sul e 55,4 na média brasileira

FONTE: PNAD ANUAL (IBGE); PNAD CONTÍNUA ANUAL (IBGE); CENSO ESCOLAR DO ENSINO BÁSICO (INEP); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS); IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) O VALOR DE R$ 162 EM R$ DE ABRIL DE 2012 FOI ADOTADO PELA SAE (SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO FEDERAL) COMO CRITÉRIO PARA LINHA DE POBREZA. EM VALORES DE DEZEMBRO DE 2017, O VALOR CORRESPONDE A UMA RENDA DE R$ 230.

RESUMO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Árvore de indicadores socioeconômicos, varáveis e interpretação

Organização dos dados e indicadores disponíveis de acordo com área/dimensão analisada



razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível (ensino fundamental e médio) e a população total da mesma faixa etária. **medido em percentual (%)**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **Coredes (RS)**
- ✓ **2007 – 2017**

número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas no período de um ano. **medida em óbitos por 1.000 nascidos vivos**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **Coredes (RS)**
- ✓ **2007 – 2016**

número esperado de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver, mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento. **medida em número de anos**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **2007 – 2016**

número de homicídios para uma dada população, considerando óbitos por agressões, intervenções legais e operações de guerra (por ex. causados por ação de forças de segurança). **medida em homicídios por 100 mil habitantes**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **Coredes (RS)**
- ✓ **2007 – 2016**

razão entre renda total de um domicílio (considerando pessoas acima de 14 anos) e o número de pessoas no domicílio, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. **medida em R$**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **2007 – 2017**

coeficiente entre 0 e 100, onde 0 corresponde à completa igualdade (nenhuma concentração de renda) e 100 corresponde à completa desigualdade (concentração máxima de renda). **índice entre 0 e 100**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **2007 – 2017**

proporção da população morando em domicílio com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 230 de dezembro de 2017*. **medida em %**

- ✓ **Brasil**
- ✓ **Rio Grande do Sul**
- ✓ **2007 – 2017**

FONTE: PNAD ANUAL (IBGE); PNAD CONTÍNUA ANUAL (IBGE); CENSO ESCOLAR DO ENSINO BÁSICO (INEP); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS); IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) O VALOR DE R$ 162 EM R$ DE ABRIL DE 2012 FOI ADOTADO PELA SAE (SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO FEDERAL) COMO CRITÉRIO PARA DEFINIÇÃO DA LINHA DE POBREZA.

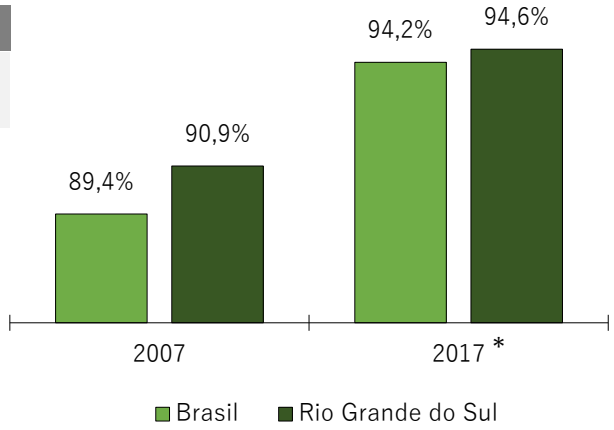
RESUMO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Evolução geral dos indicadores socioeconômicos no Brasil e no Rio Grande do Sul

educação

taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)

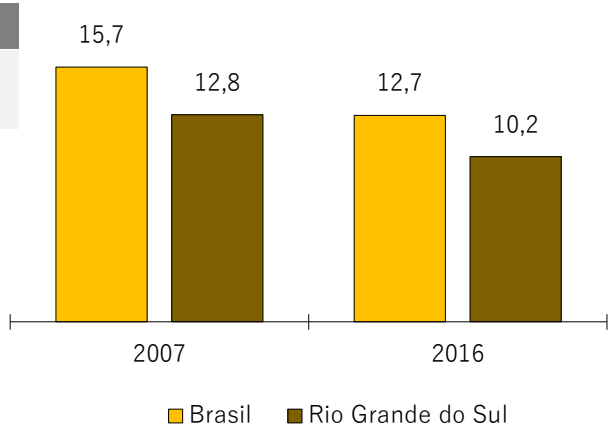
razão entre o número total de matriculados com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária.



saúde e longevidade

taxa de mortalidade infantil por 1.000 mil nascidos vivos

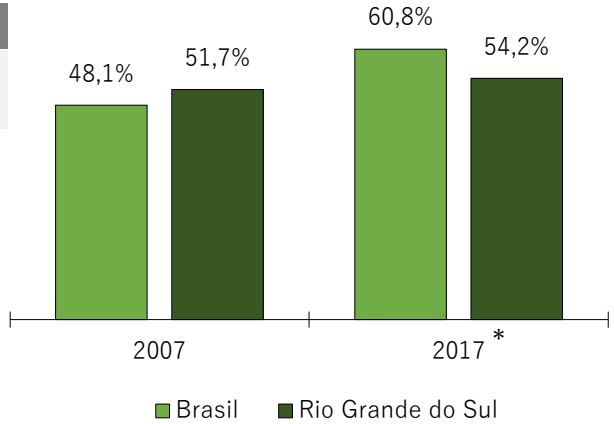
número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas no período de um ano



educação

taxa líquida de matrícula no ensino médio (%)

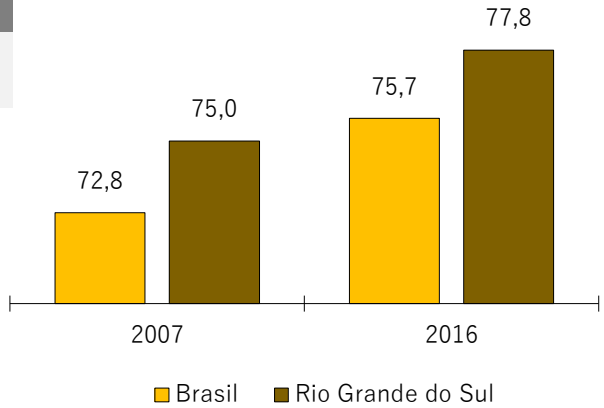
razão entre o número total de matriculados com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária.



saúde e longevidade

expectativa de vida ao nascer (em número de anos)

número esperado de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver, mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento



FONTE: PNAD ANUAL (IBGE); PNAD CONTÍNUA ANUAL (IBGE); CENSO ESCOLAR DO ENSINO BÁSICO (INEP); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS); IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL.

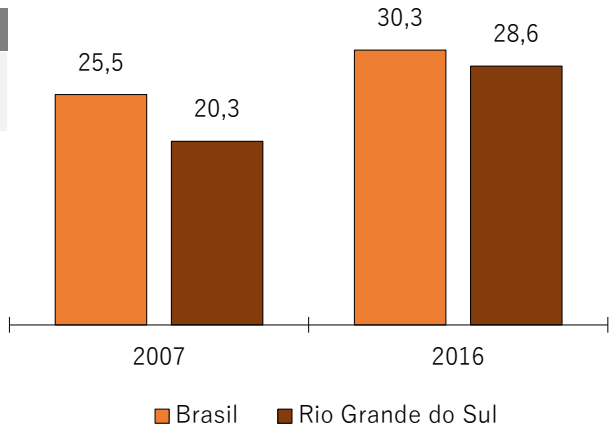
RESUMO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Evolução geral dos indicadores socioeconômicos no Brasil e no Rio Grande do Sul

segurança e violência

taxa de homicídios por 100 mil habitantes

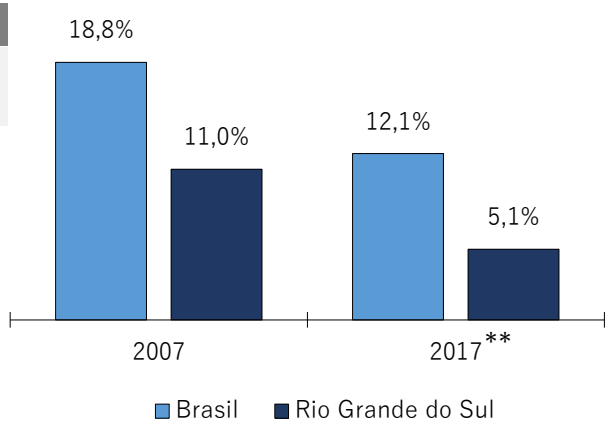
número de homicídios para uma dada população, considerando óbitos por agressões, intervenções legais e operações de guerra



renda, pobreza e desigualdade

percentual da população abaixo da linha da pobreza

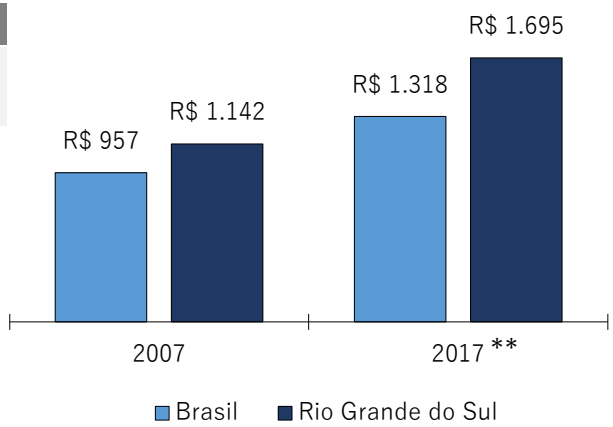
percentual da população que vive com renda abaixo da linha de pobreza (R$ 230 de dez/2017).



renda, pobreza e desigualdade

renda familiar *per capita* média (R$)*

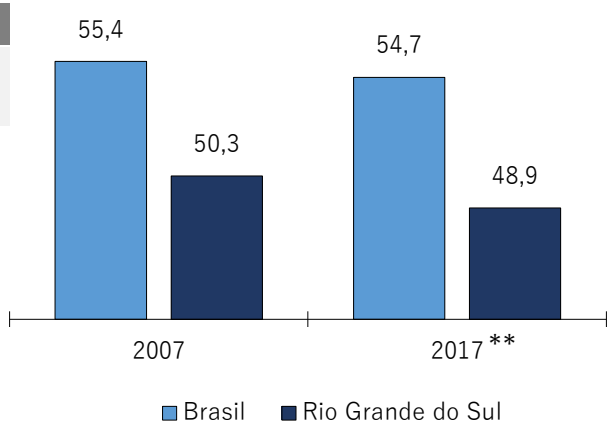
razão entre renda total de um domicílio (considerando pessoas acima de 14 anos) e o número de pessoas no domicílio, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.



renda, pobreza e desigualdade

índice de Gini (distribuição de renda)

coeficiente entre 0 e 100, onde 0 corresponde à completa igualdade (nenhuma concentração de renda) e 100 corresponde à completa desigualdade (concentração máxima de renda).



FONTE: PNAD ANUAL (IBGE); PNAD CONTÍNUA ANUAL (IBGE); SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS); IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) VALORES EM R$ DE DEZEMBRO/2017, DEFLACIONADOS PELO IPCA/IBGE; (**) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL. A COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS PERÍODOS, PORTANTO, DEVE SER FEITA COM CAUTELA.

EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DA TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA*
ENTRE O BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E COREDES-RS

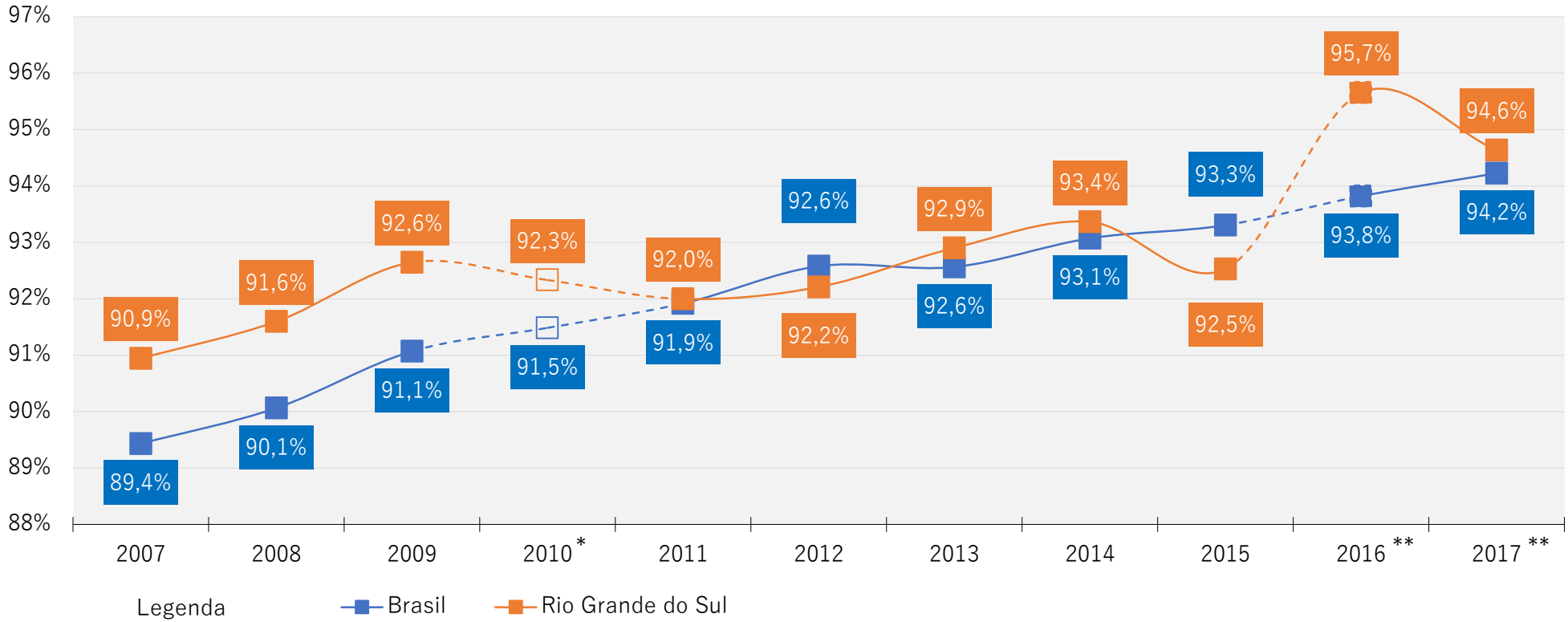
Análise elaborada a partir de dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (descontinuada em 2015) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** (mantida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) e **Censo Escolar do Ensino Básico** (mantido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). (*) A **taxa líquida de matrícula** envolve a razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária ■

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Evolução anual da taxa líquida de matrícula no ensino fundamental - Brasil e Rio Grande do Sul (%)

Série histórica da proporção de matriculados no ensino fundamental entre a população residente por faixa etária (6 a 14 anos) entre 2007 e 2017

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010*	2011	2012	2013	2014	2015	2016 **	2017 **
Brasil	89,4%	90,1%	91,1%	91,5%	91,9%	92,6%	92,6%	93,1%	93,3%	93,8%	94,2%
Rio Grande do Sul	90,9%	91,6%	92,6%	92,3%	92,0%	92,2%	92,9%	93,4%	92,5%	95,7%	94,6%

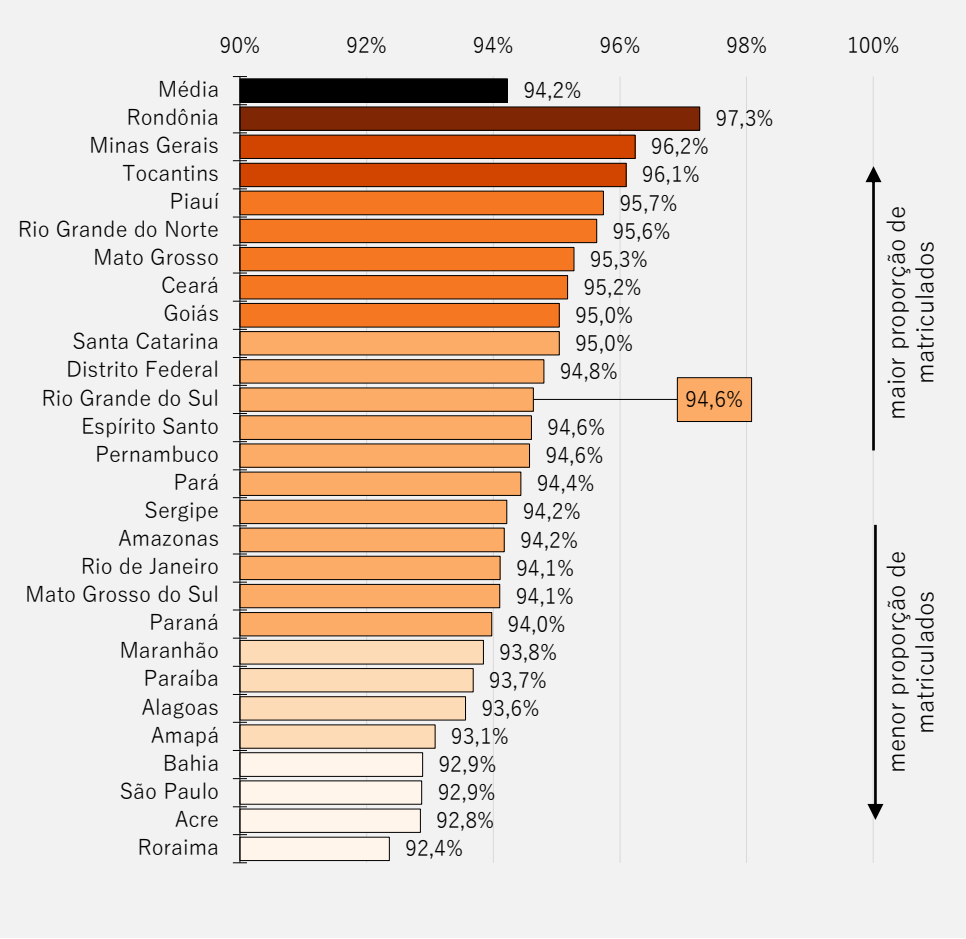


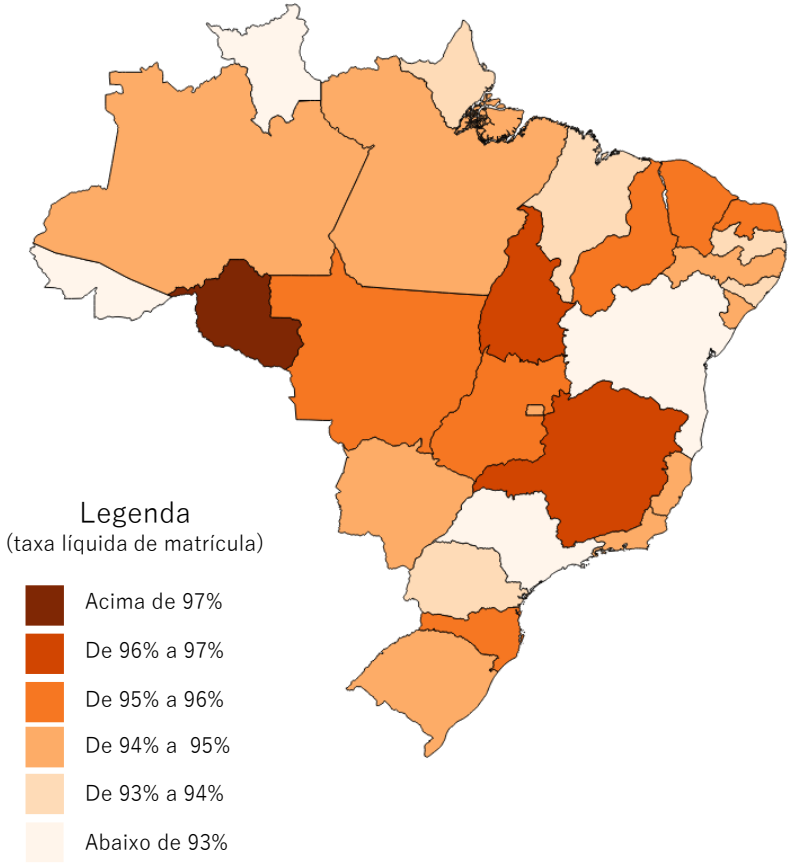
FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) COMO NÃO HÁ PNAD PARA 2010 (ANO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010), A TAXA DE MATRÍCULA FOI INTERPORLADA LINEARMENTE PARA ESSE ANO. (**) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR UF

Comparativo da taxa líquida de matrícula no ensino fundamental por UF em 2017(%)

Proporção de matriculados no ensino fundamental entre a população residente por faixa etária (6 a 14 anos), por unidade federativa



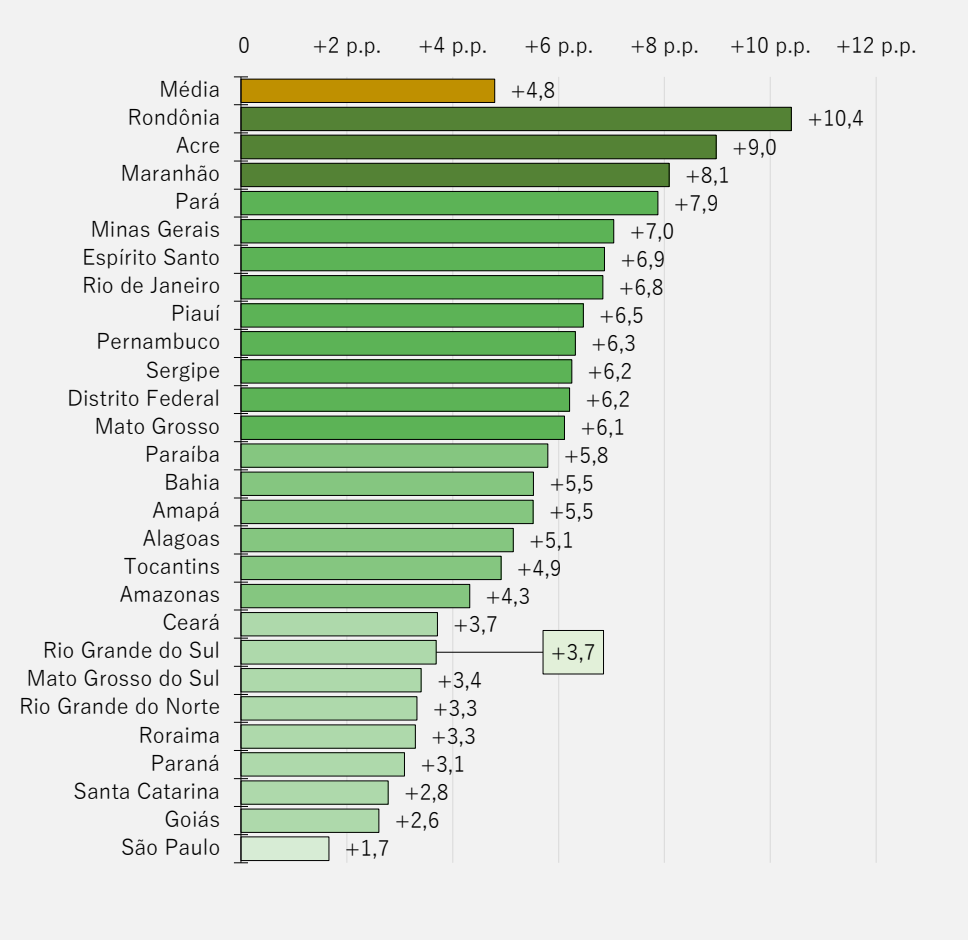


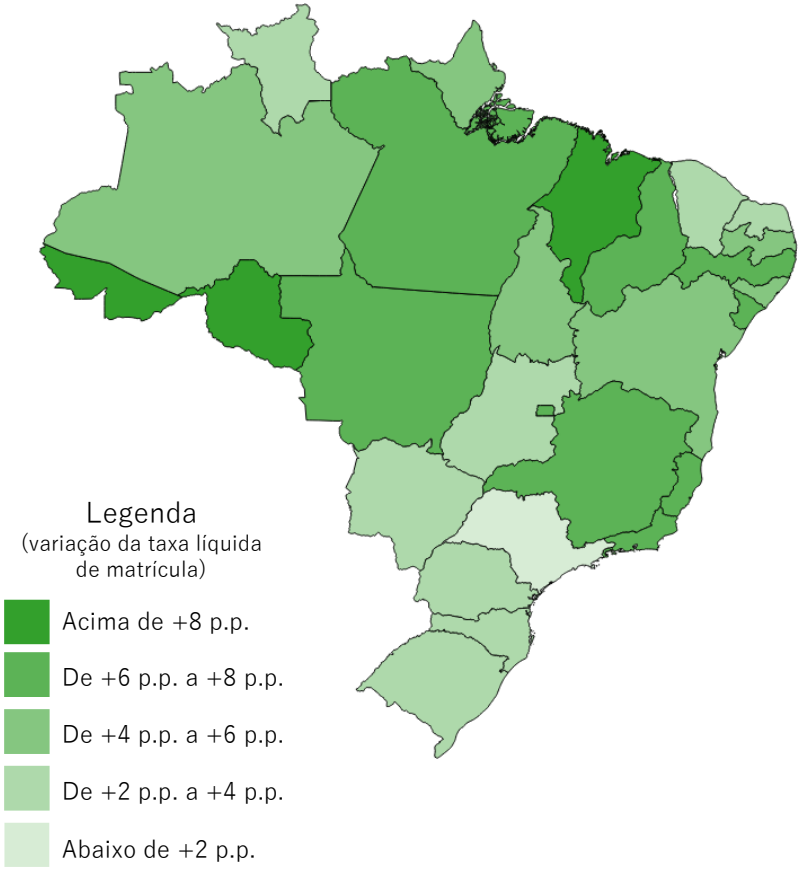
FONTE: PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR UF

Variação da taxa líquida de matrícula no ensino fundamental por UF entre 2007 e 2017 (em pontos percentuais)

Evolução da proporção de matriculados no ensino fundamental entre a população residente por faixa etária (6 a 14 anos) por unidade federativa



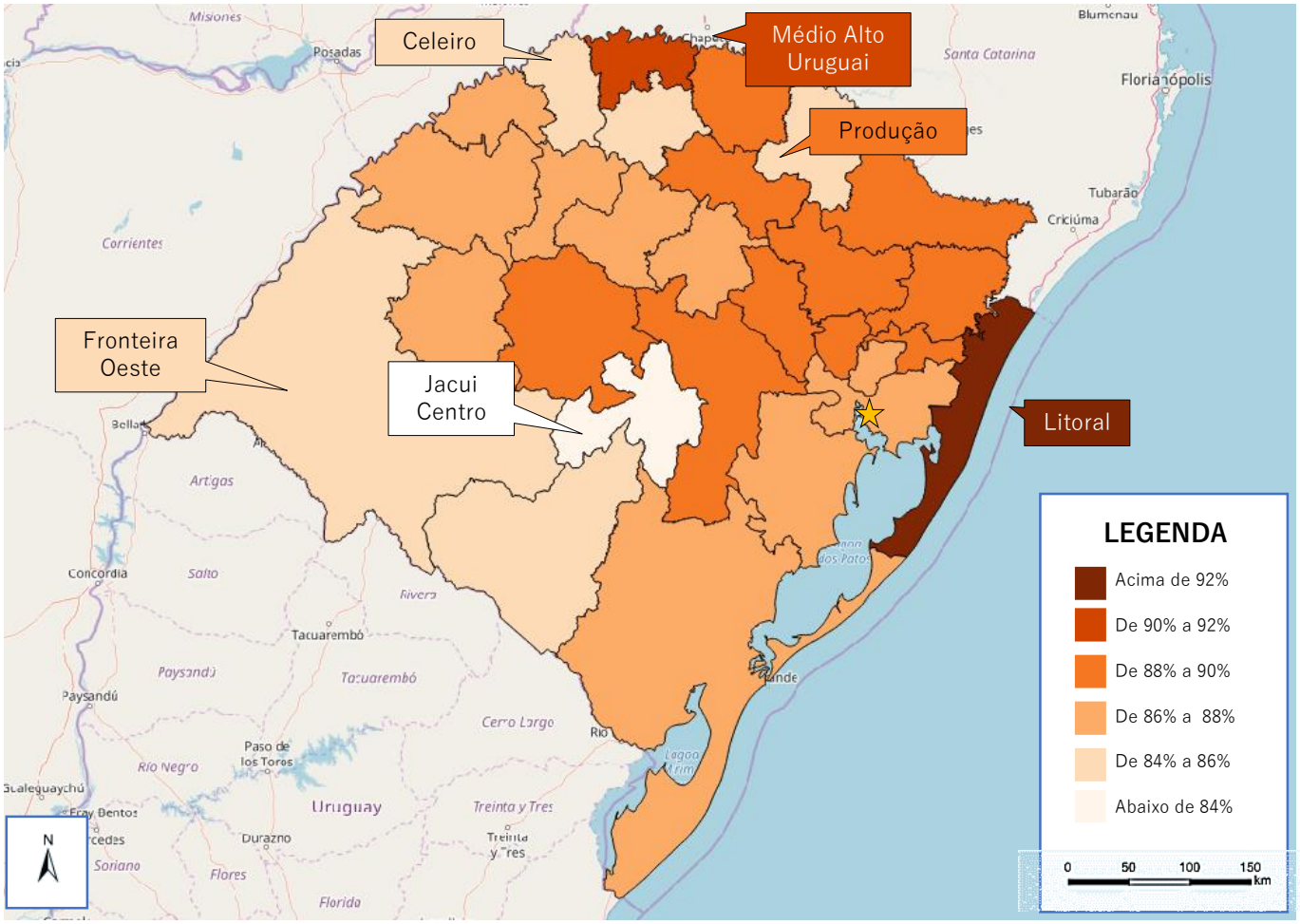


FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR COREDES

Comparativo da taxa líquida de matrícula no ensino fundamental por Coredes em 2017(%)

Proporção de matriculados no ensino fundamental entre a população residente por faixa etária (6 a 14 anos), por Conselhos Regionais de Desenvolvimento



Na análise por COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), as maiores taxas líquidas de matrícula no ensino fundamental foram identificadas no Litoral (94,0%), Médio Alto Uruguai (90,6%) e Produção (88,9%), ao passo que as menores estão localizadas no Jacui Centro (83,7%), Celeiro (84,1%) e Fronteira Oeste (84,3%)

Taxa líquida de matrícula no ensino fundamental (%)

Litoral	94,0%
Médio Alto Uruguai	90,6%
Produção	88,9%
Fronteira Oeste	84,3%
Celeiro	84,1%
Jacui Centro	83,7%

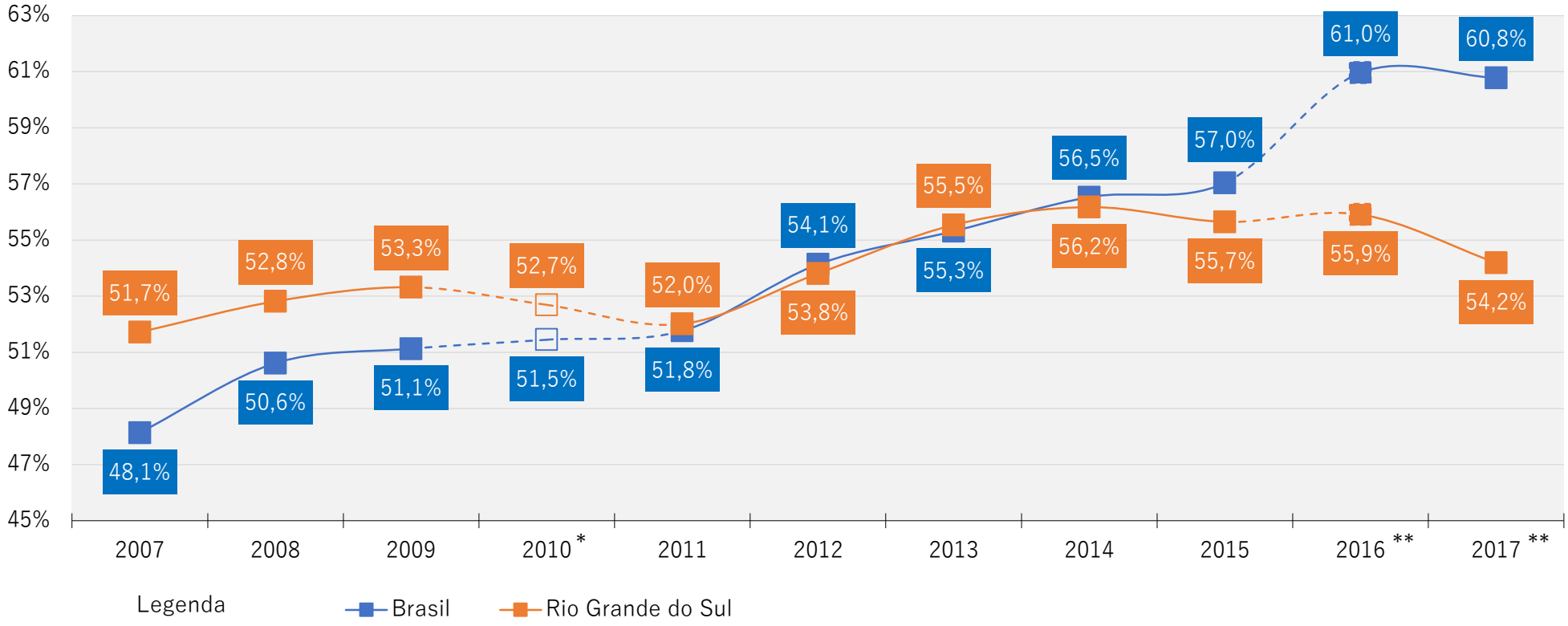
FONTE: CENSO ESCOLAR DO ENSINO BÁSICO E PROJEÇÕES POPULACIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OPENSTREET MAPS. ELABORAÇÃO: FIPE.

EVOLUÇÃO ANUAL DO INDICADOR

Evolução anual da taxa líquida de matrícula no ensino médio - Brasil e Rio Grande do Sul (%)

Série histórica da proporção de matriculados no ensino médio entre a população residente por faixa etária (15 a 17 anos) entre 2007 e 2017

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010*	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**
Brasil	48,1%	50,6%	51,1%	51,5%	51,8%	54,1%	55,3%	56,5%	57,0%	61,0%	60,8%
Rio Grande do Sul	51,7%	52,8%	53,3%	52,7%	52,0%	53,8%	55,5%	56,2%	55,7%	55,9%	54,2%

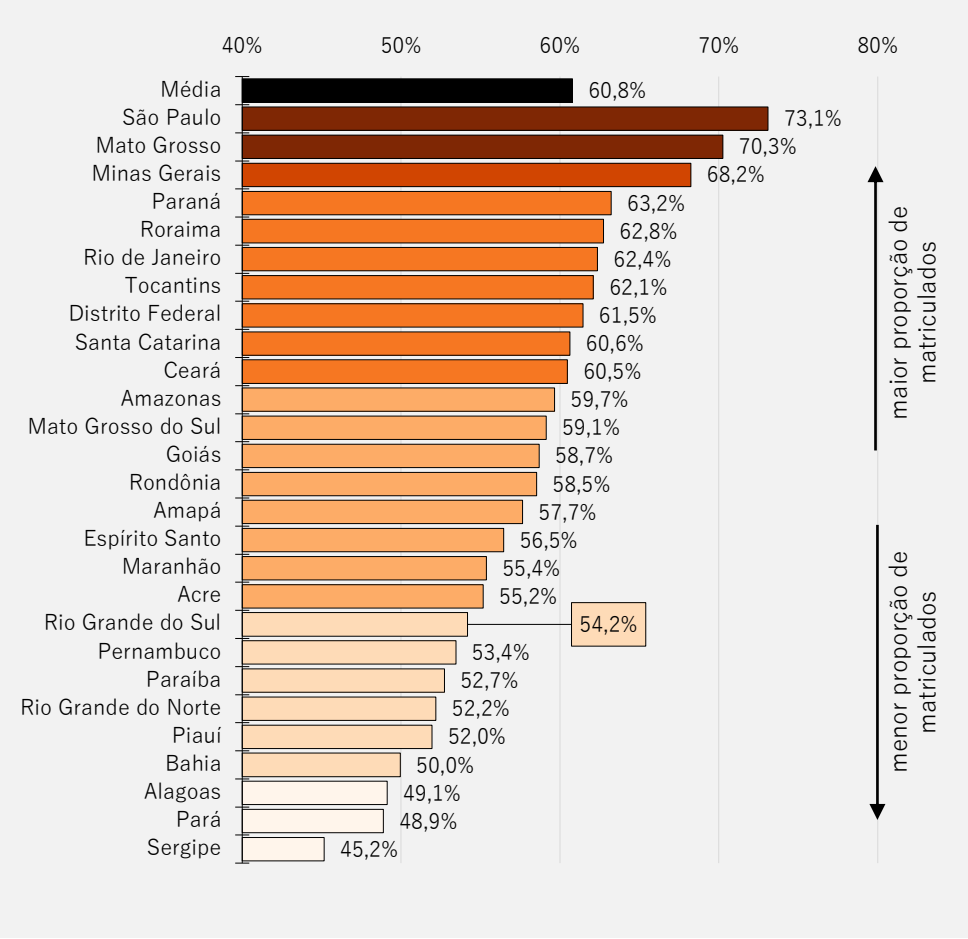


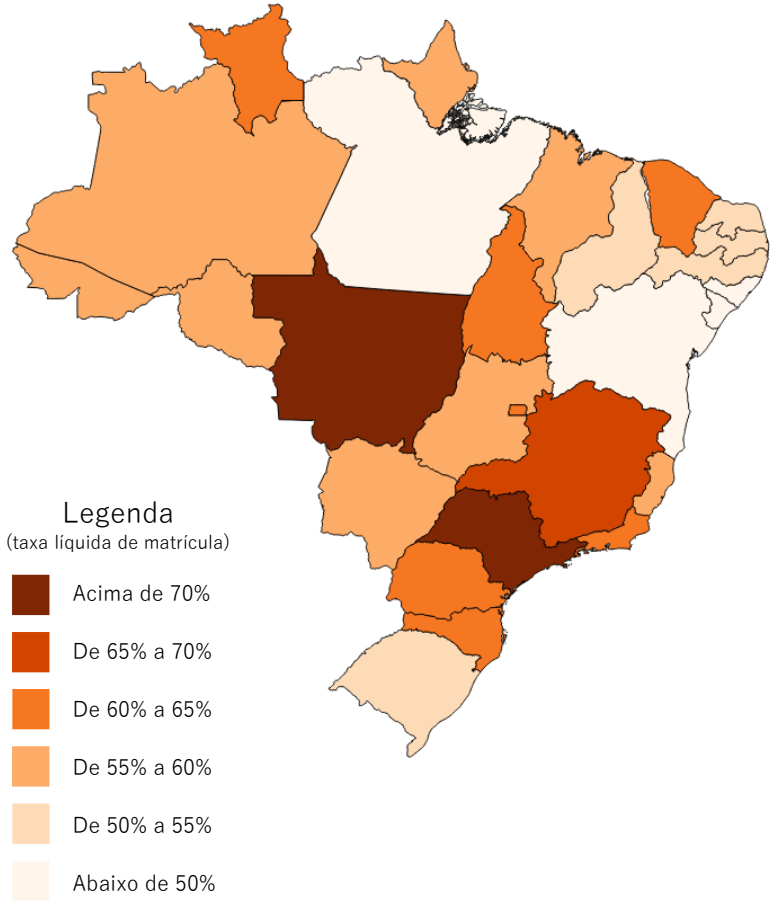
FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) COMO NÃO HÁ PNAD PARA 2010 (ANO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010), A TAXA DE MATRÍCULA FOI INTERPORLADA LINEARMENTE PARA ESSE ANO. (**) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO POR UF

Comparativo da taxa líquida de matrícula no ensino médio por UF em 2017 (%)

Proporção de matriculados no ensino médio entre a população residente por faixa etária (15 a 17 anos), por unidade federativa



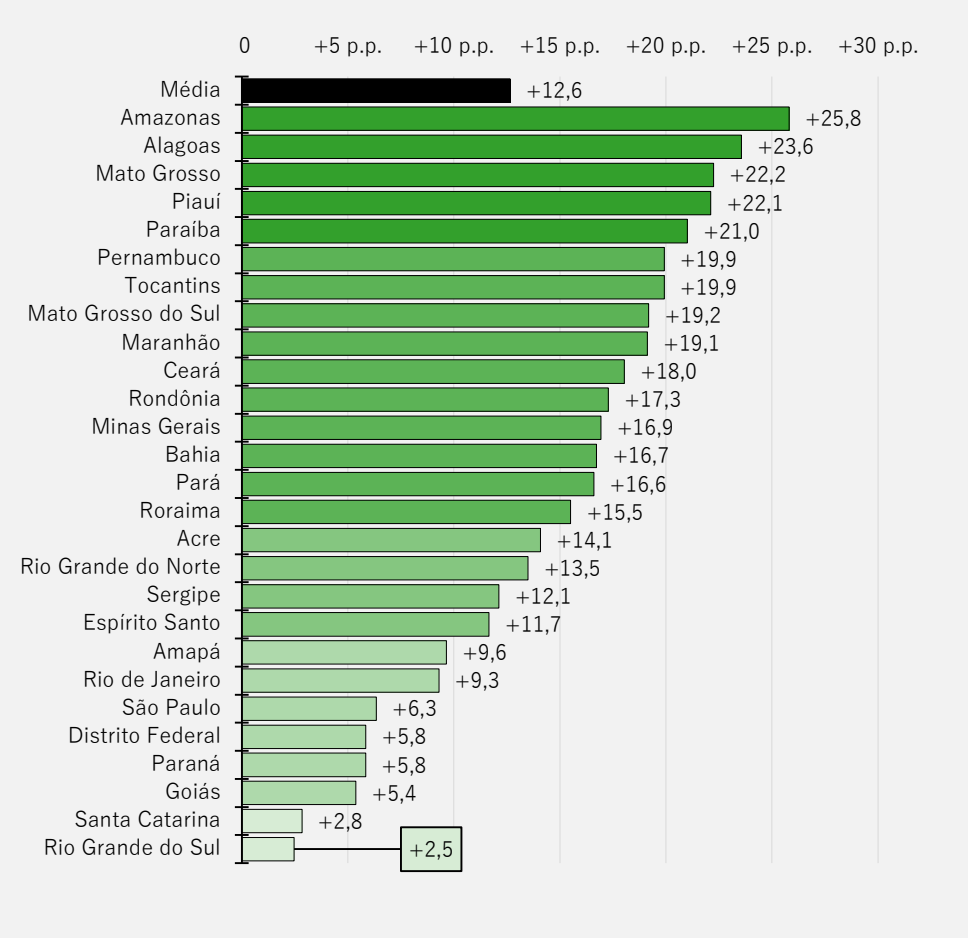


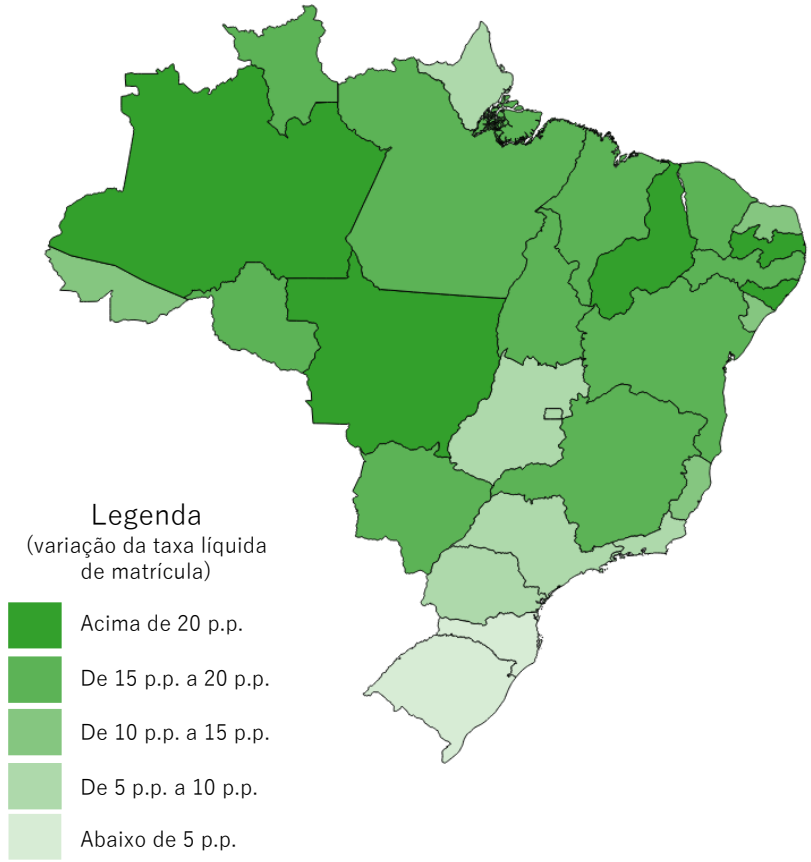
FONTE: PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO POR UF

Variação da taxa líquida de matrícula no ensino médio por UF entre 2007 e 2017* (em pontos percentuais)

Evolução da proporção de matriculados no ensino médio entre a população residente por faixa etária (6 a 14 anos) por unidade federativa no período



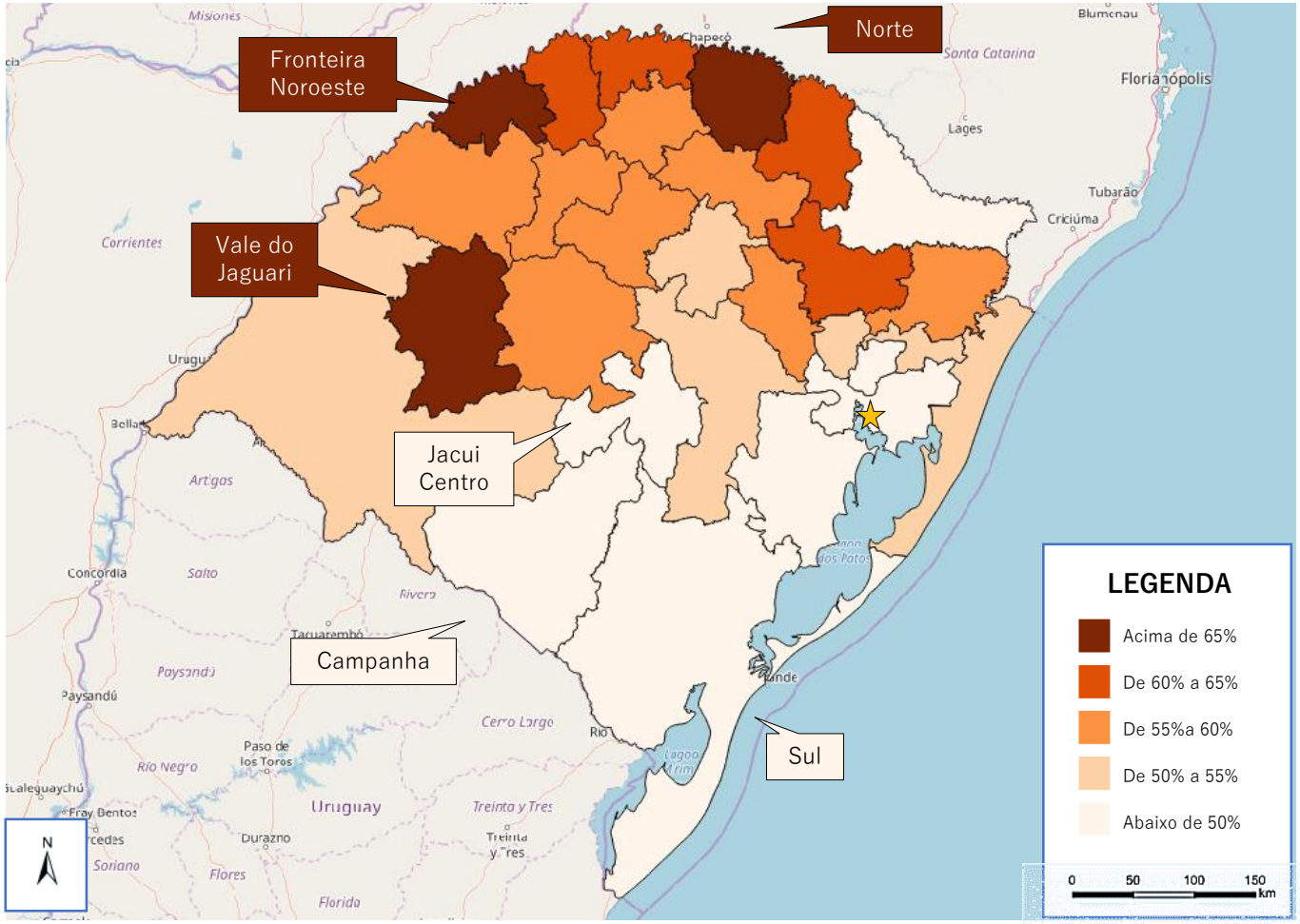


FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL.

TAXA LÍQUIDA DE MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL POR COREDES

Comparativo da taxa líquida de matrícula no ensino médio por Coredes em 2017(%)

Proporção de matriculados no ensino médio entre a população residente por faixa etária (15 a 17 anos), por Conselhos Regionais de Desenvolvimento



Na análise por COREDEs, as maiores taxas líquidas de matrícula no ensino médio foram identificadas na Fronteira Noroeste (66,3%), Norte (66,1%) e Vale do Jaguari (65,2%), ao passo que as menores taxas de matrícula foram observadas na região Sul (46,1%), Jacui Centro (47,3%) e Campanha (47,3%)

Taxa líquida de matrícula no ensino médio (%)

Fronteira Noroeste	66,3%
Norte	66,1%
Vale do Jaguarí	65,2%
Campanha	47,3%
Jacui Centro	47,3%
Sul	46,1%

FONTE: CENSO ESCOLAR DO ENSINO BÁSICO E PROJEÇÕES POPULACIONAIS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E OPENSTREET MAPS. ELABORAÇÃO: FIPE.

SAÚDE E LONGEVIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL* E EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER** ENTRE O BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E COREDES-RS

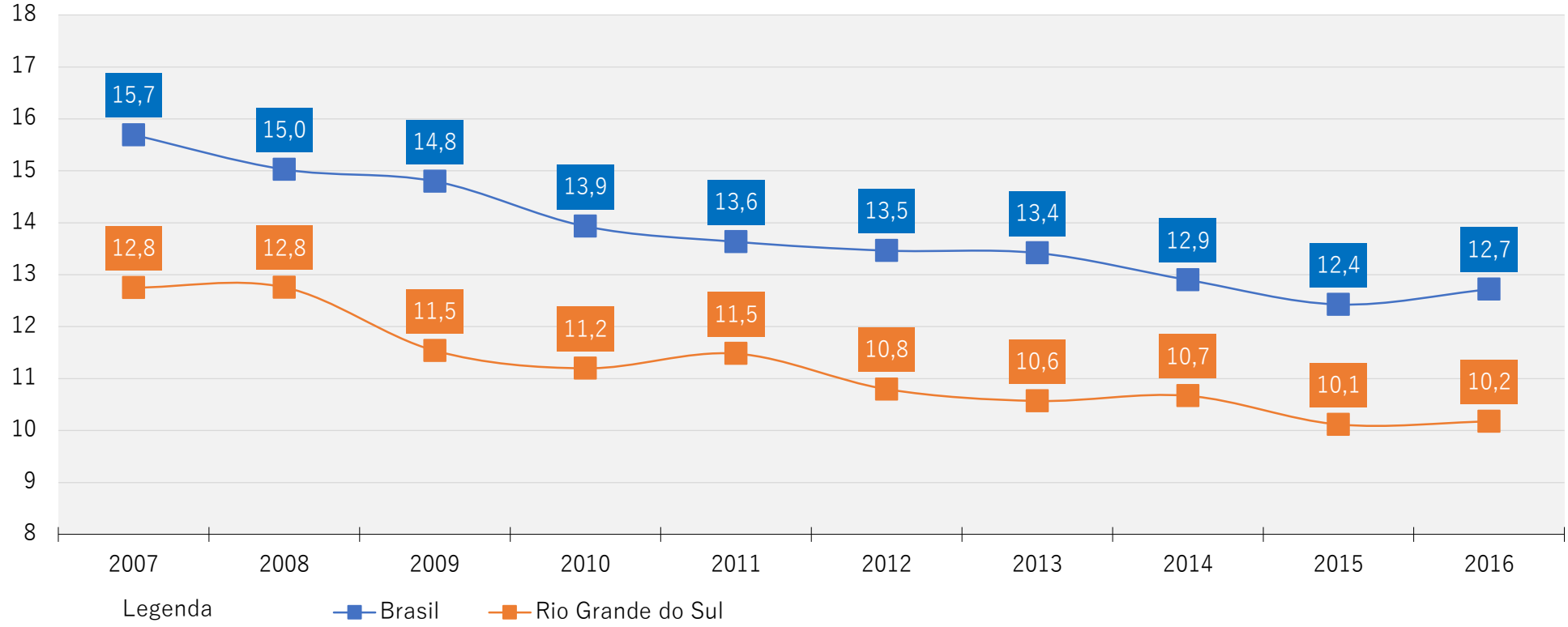
Análise elaborada a partir de dados do **Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS); Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC/DATASUS); e Diretoria de Pesquisa/Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE).**
(*) A **taxa de mortalidade infantil** é calculada com base no número de crianças que morreram antes de completar um ano de vida a cada mil crianças nascidas vivas no período de um ano. (**) A **expectativa de vida ao nascer** reflete o número esperado de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano irá viver, mantidas as mesmas condições desde o seu nascimento

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Evolução anual da taxa de mortalidade infantil - Brasil e Rio Grande do Sul

Série histórica do número de óbitos de crianças de até 1 ano de idade por 1.000 nascidos vivos entre 2007 e 2017

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Brasil	15,7	15,0	14,8	13,9	13,6	13,5	13,4	12,9	12,4	12,7
Rio Grande do Sul	12,8	12,8	11,5	11,2	11,5	10,8	10,6	10,7	10,1	10,2

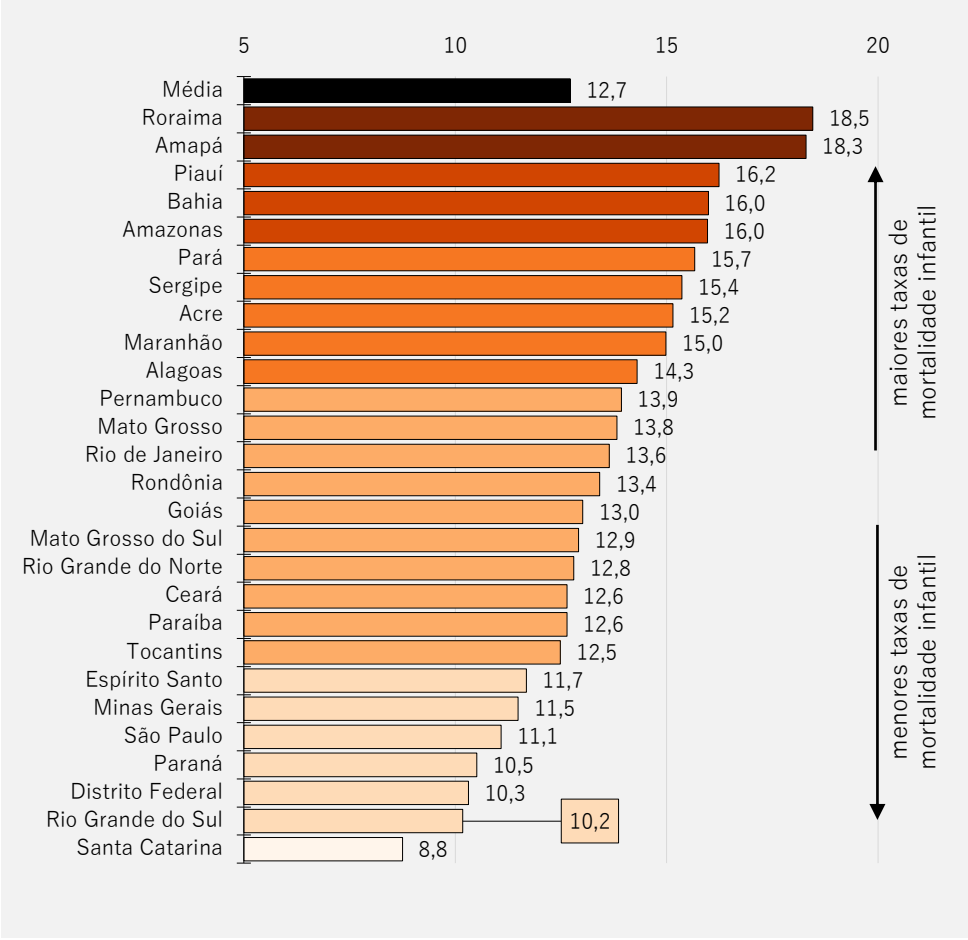


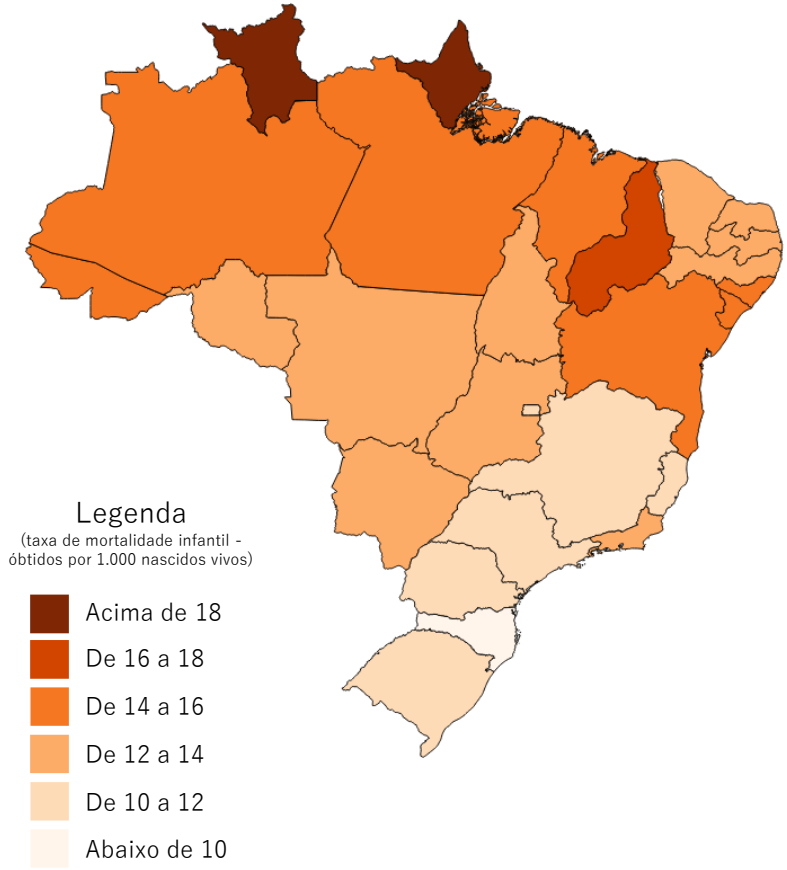
FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) ÚLTIMO ANO COM DADOS DISPONÍVEIS.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR UF

Comparativo da taxa de mortalidade infantil por UF em 2016 (óbitos por 1.000 nascidos vivos)

Número de óbitos de crianças de até 1 ano de idade entre 1.000 nascidos vivos por unidade federativa



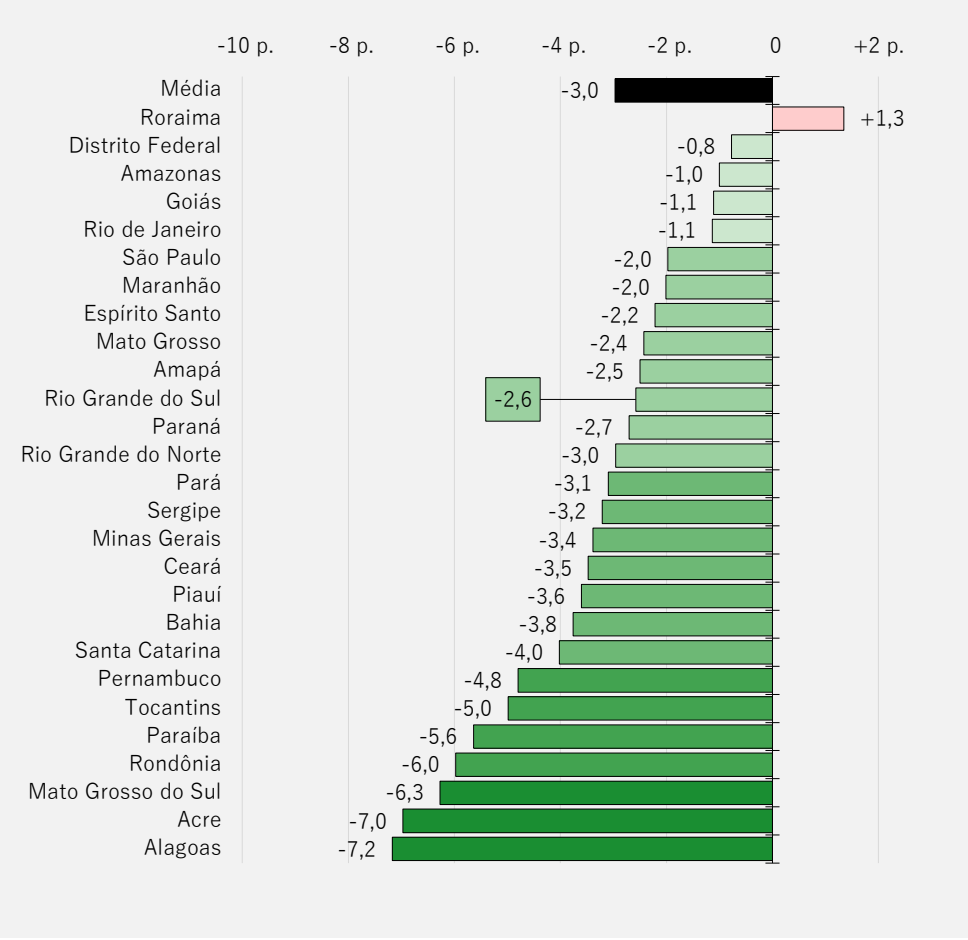


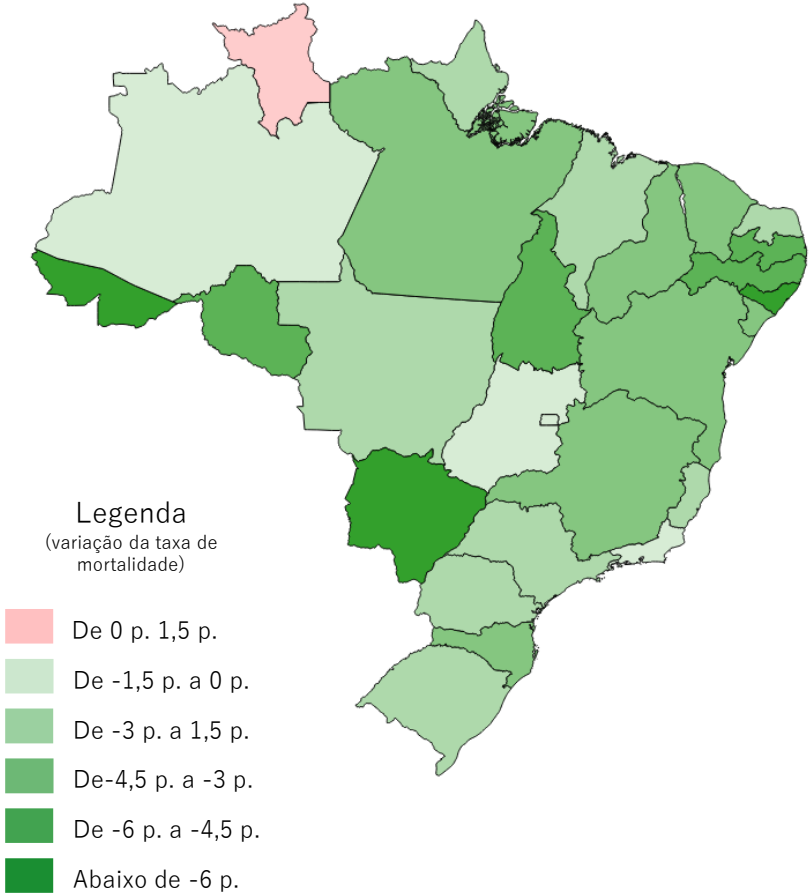
FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR UF

Comparativo da variação da taxa de mortalidade infantil por UF entre 2007 e 2016, em pontos percentuais

Evolução do número de óbitos de crianças de até 1 ano de idade entre 1.000 nascidos vivos por unidade federativa entre 2007 e 2016



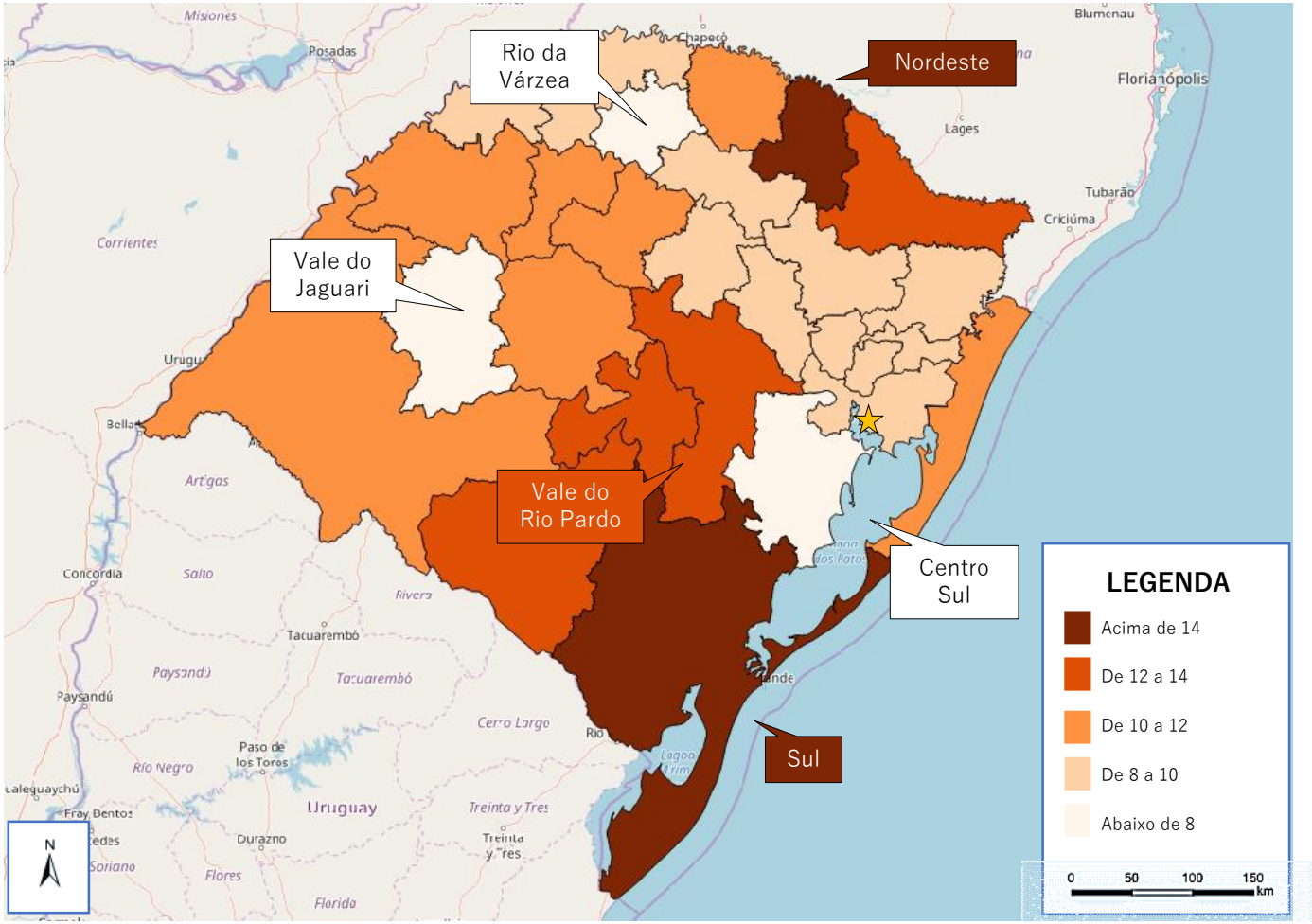


FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR UF

Comparativo da taxa de mortalidade infantil por Coredes em 2016 (óbitos por 1.000 nascidos vivos)

Número de óbitos de crianças de até 1 ano de idade entre 1.000 nascidos vivos por Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento



Na análise por COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), as maiores taxas de mortalidade infantil foram identificadas nas regiões Nordeste (15,1 óbitos por 1.000 nascidos vivos), Sul (14,7) e Vale do Rio Pardo (13,7), ao passo que as menores taxas foram observadas no Vale do Jaguari (6,4), Rio da Várzea (6,7) e Centro Sul (7,8)

Taxa de mortalidade infantil (óbitos por 1.000 nascidos vivos)

Nordeste	15,1
Sul	14,7
Vale do Rio Pardo	13,7
Centro Sul	7,8
Rio da Várzea	6,7
Vale do Jaguarí	6,4

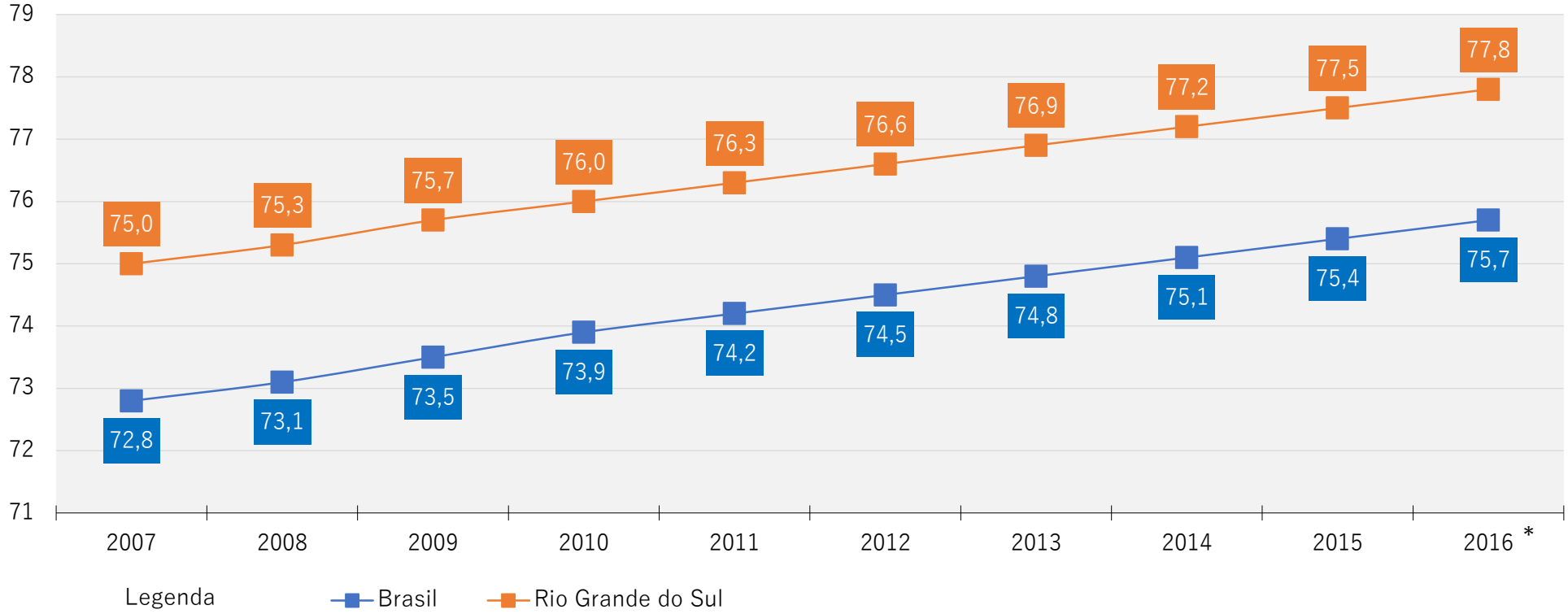
FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE NASCIDOS VIVOS (SINASC/DATASUS) E OPENSTREET MAPS. ELABORAÇÃO: FIPE.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER

Evolução anual da expectativa de vida ao nascer - Brasil e Rio Grande do Sul

Série histórica da expectativa de vida ao nascer, em número de anos entre 2007 e 2016 (último ano disponível)

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Brasil	72,8	73,1	73,5	73,9	74,2	74,5	74,8	75,1	75,4	75,7
Rio Grande do Sul	75,0	75,3	75,7	76,0	76,3	76,6	76,9	77,2	77,5	77,8

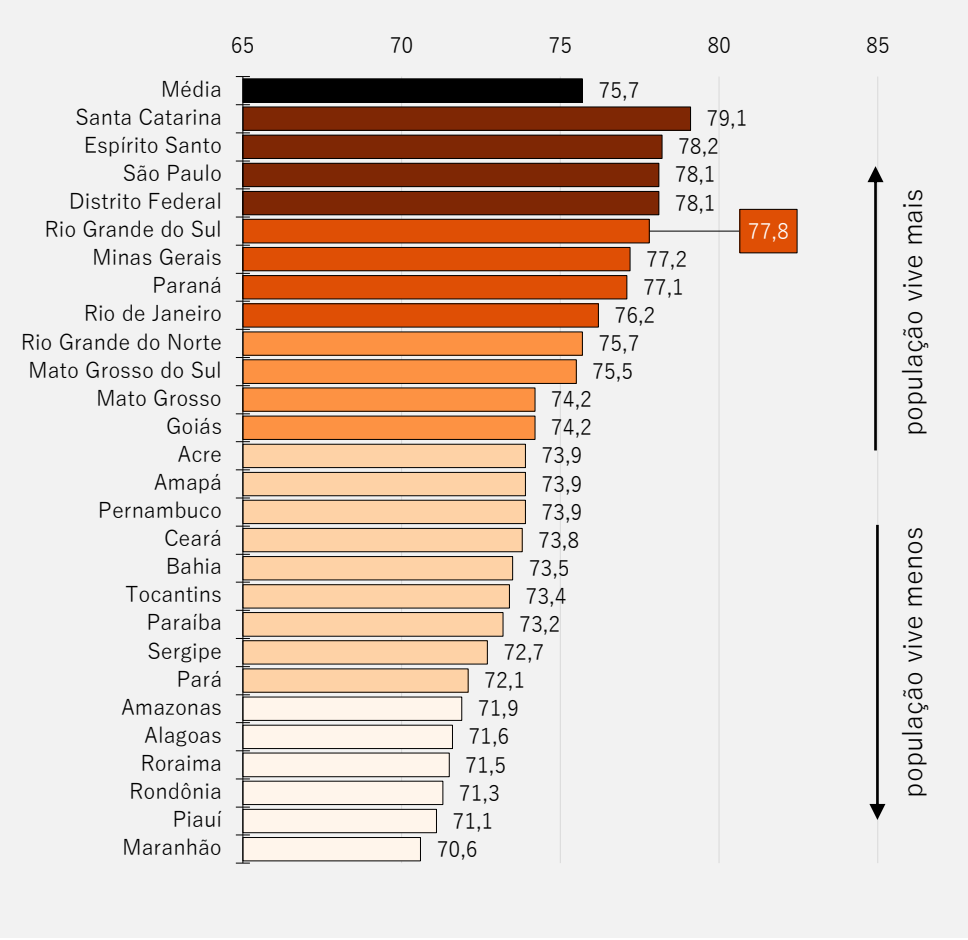


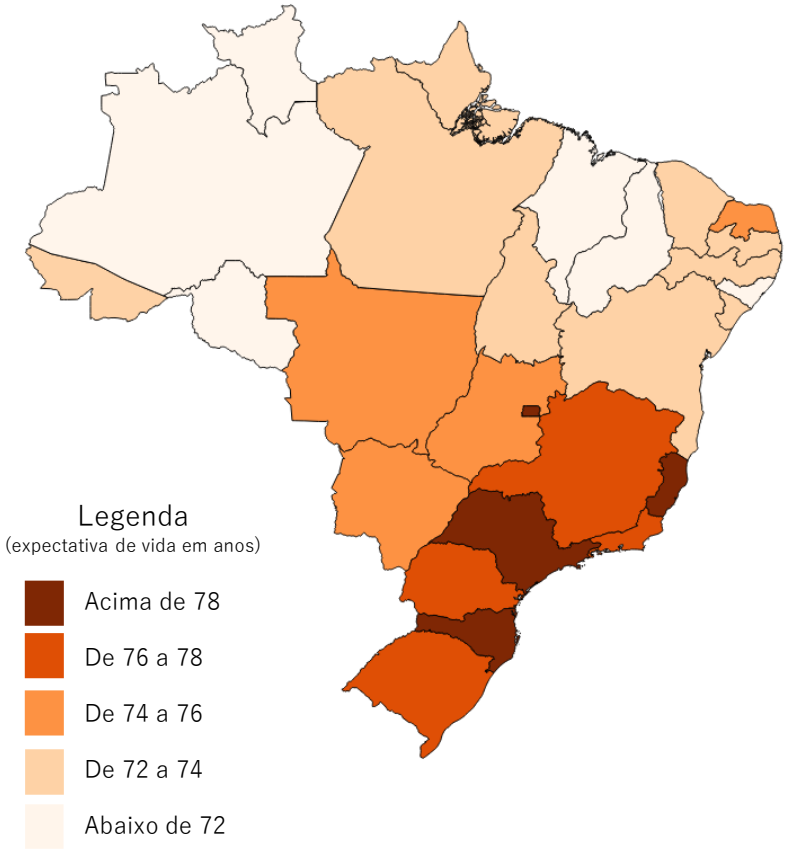
FONTE: IBGE, PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2060, REVISÃO 2013, E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2030, REVISÃO 2013. ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) ÚLTIMO ANO COM DADOS DISPONÍVEIS.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER POR UF

Comparativo da expectativa de vida ao nascer por UF em 2016 (em número de anos)

Expectativa média de vida ao nascer em número de anos, por unidade federativa



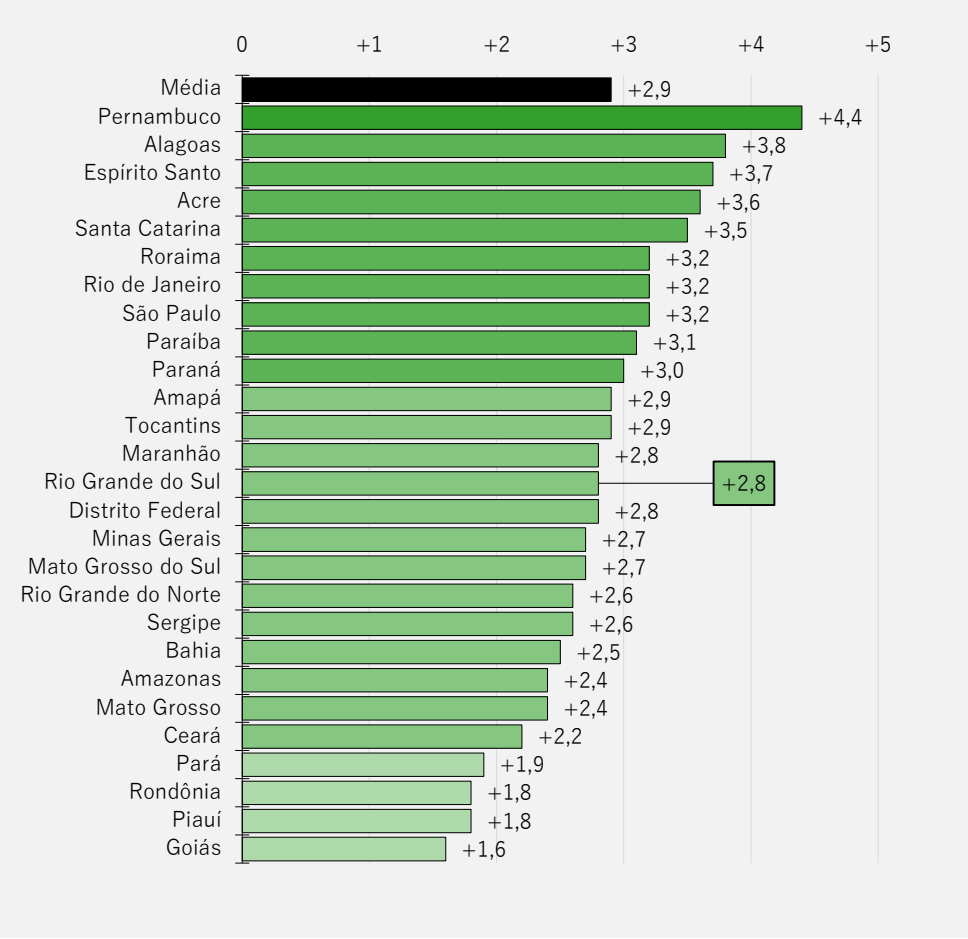


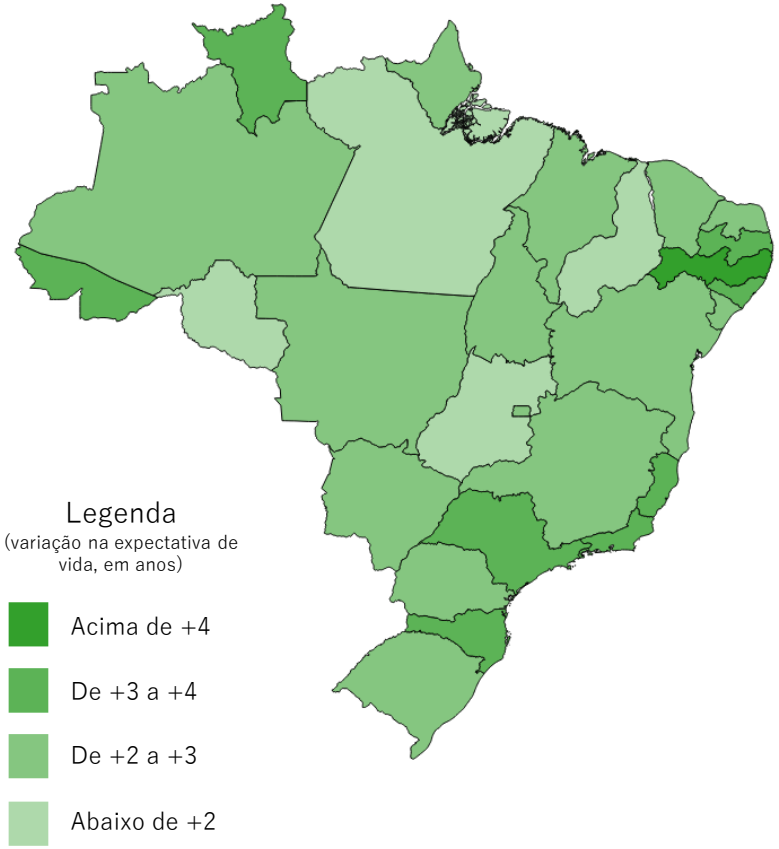
FONTE: IBGE, PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2060, REVISÃO 2013, E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2030, REVISÃO 2013. ELABORAÇÃO: FIPE.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER POR UF

Comparativo da variação na expectativa de vida ao nascer por UF (em número de anos)

Evolução da expectativa média de vida ao nascer em número de anos, por unidade federativa entre 2007 e 2016





FONTE: IBGE, PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2060, REVISÃO 2013, E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, POR SEXO E IDADE, PARA O PERÍODO 2000/2030, REVISÃO 2013. ELABORAÇÃO: FIPE.

SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS*
ENTRE O BRASIL, RIO GRANDES DO SUL E COREDES-RS

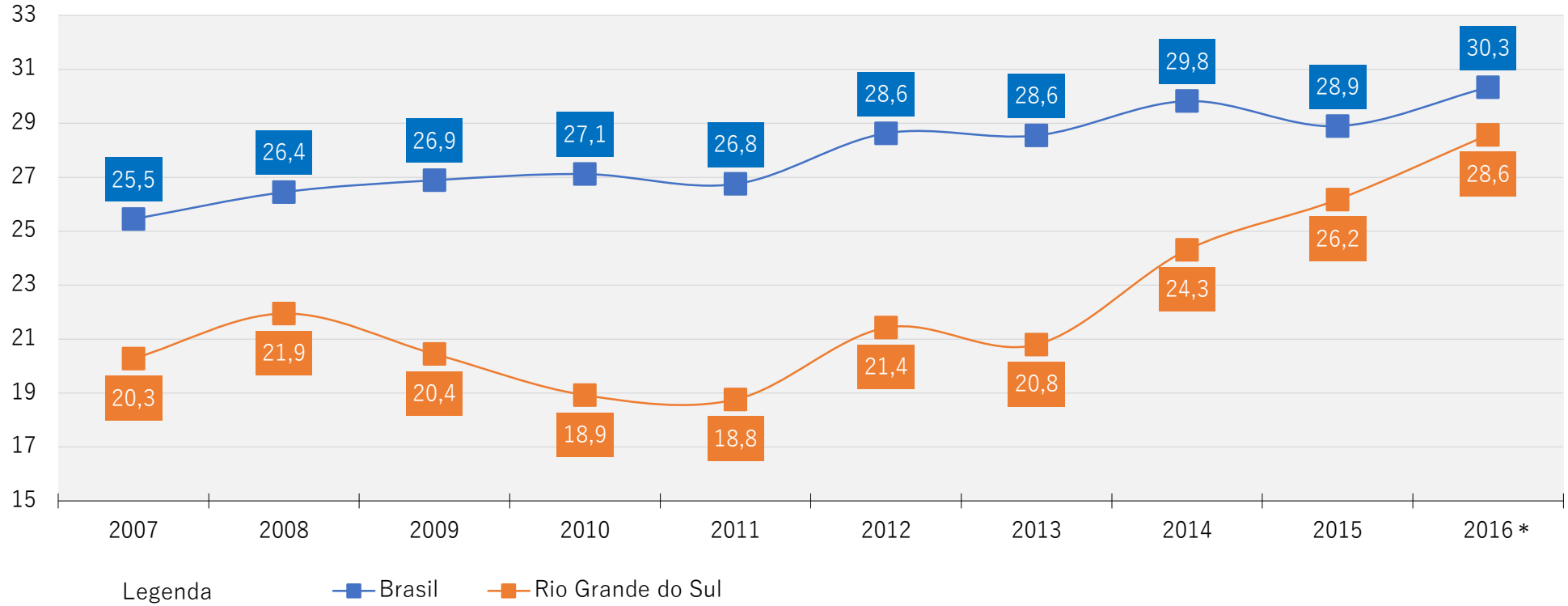
Análise elaborada a partir de dados do **Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS); e Diretoria de Pesquisa/Coordenação de População e Indicadores Sociais (IBGE).** (*) A **taxa de homicídios envolve** número de homicídios para uma dada população, considerando óbitos por agressões e intervenções legais e operações de guerra (por ex. causados por ação de forças de segurança) ■

TAXA DE HOMICÍDIOS

Evolução anual da taxa de homicídios - Brasil e Rio Grande do Sul

Série histórica do número de homicídios por 100 mil habitantes entre 2007 e 2016 (último ano disponível)

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 *
Brasil	25,5	26,4	26,9	27,1	26,8	28,6	28,6	29,8	28,9	30,3
Rio Grande do Sul	20,3	21,9	20,4	18,9	18,8	21,4	20,8	24,3	26,2	28,6

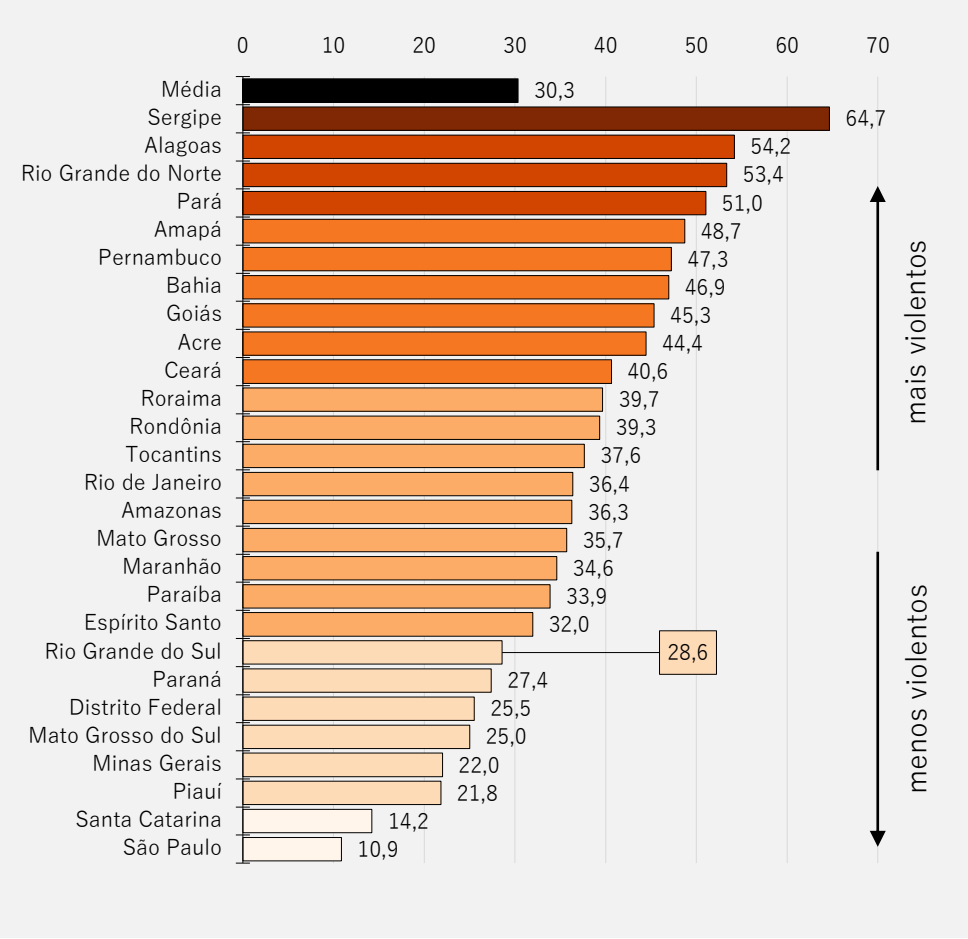


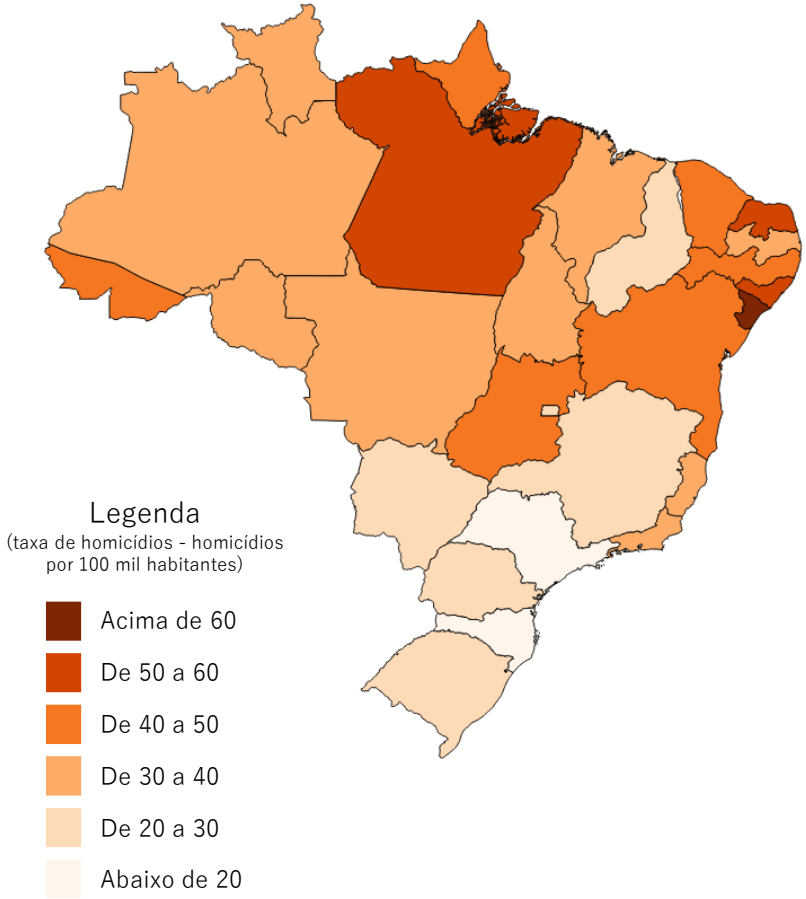
FONTE: IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTA: (*) ÚLTIMO ANO COM DADOS DISPONÍVEIS.

TAXA DE HOMICÍDIOS POR UF

Comparativo da taxa de homicídios por UF em 2016

Número de homicídios por 100 mil habitantes por unidade federativa no último ano disponível



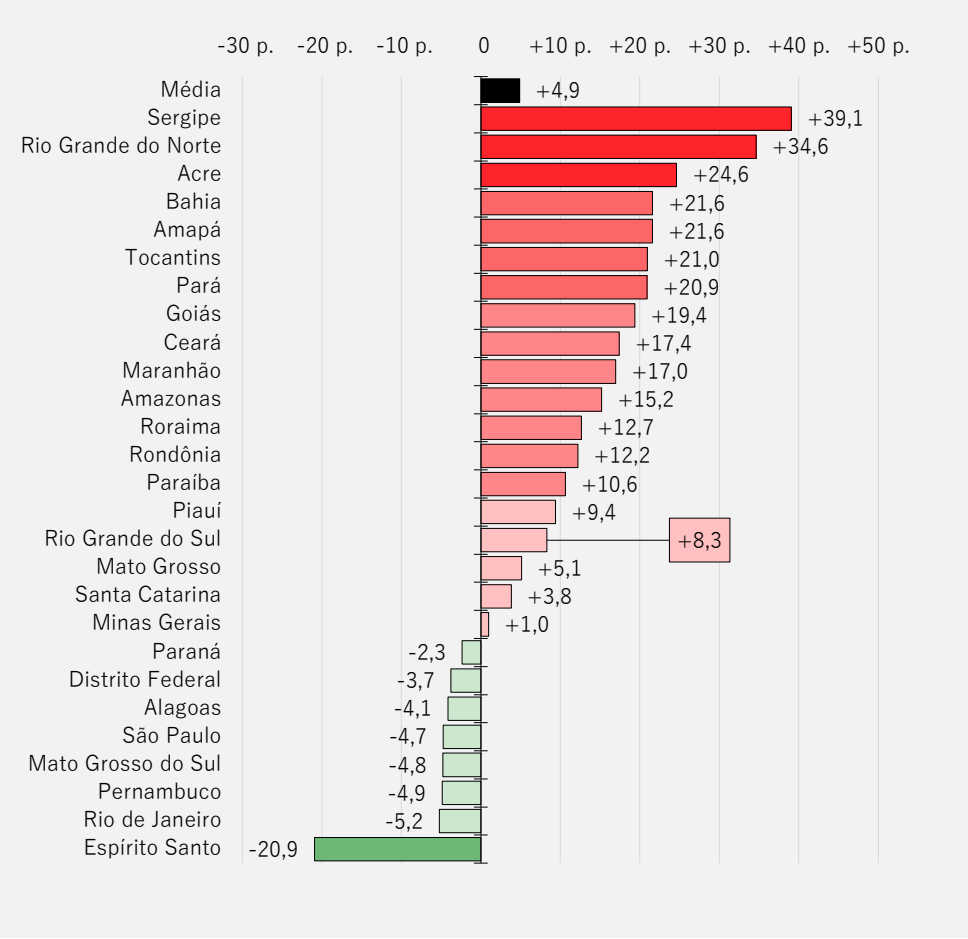


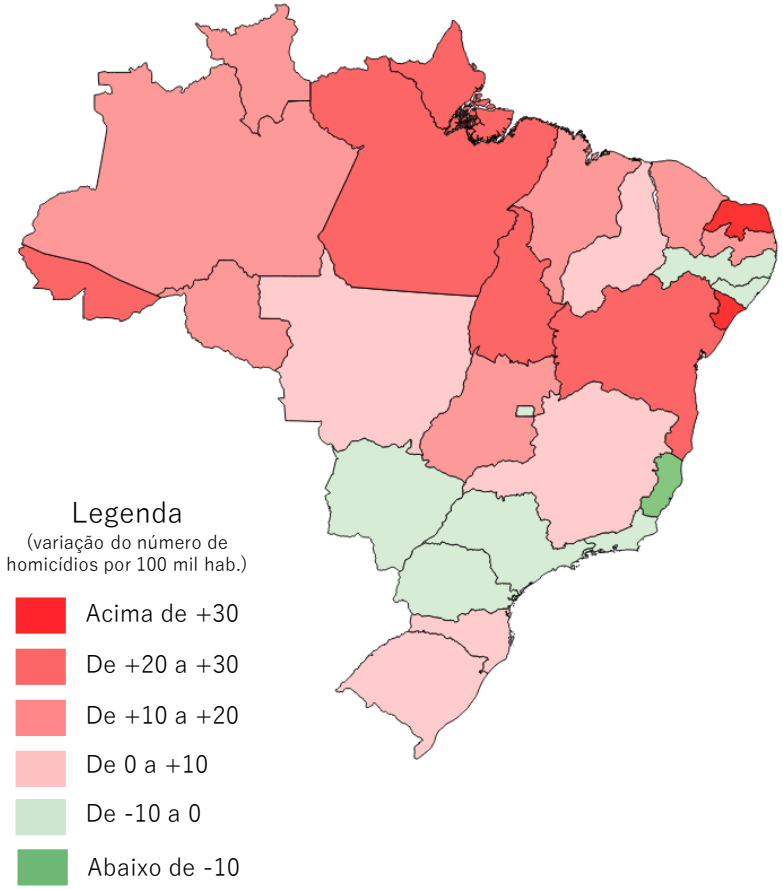
FONTE: IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA DE HOMICÍDIOS POR UF

Comparativo da variação na taxa de homicídios por UF entre 2007 e 2016 (em pontos)

Evolução do número de homicídios por 100 mil habitantes (em pontos) por unidade federativa no período



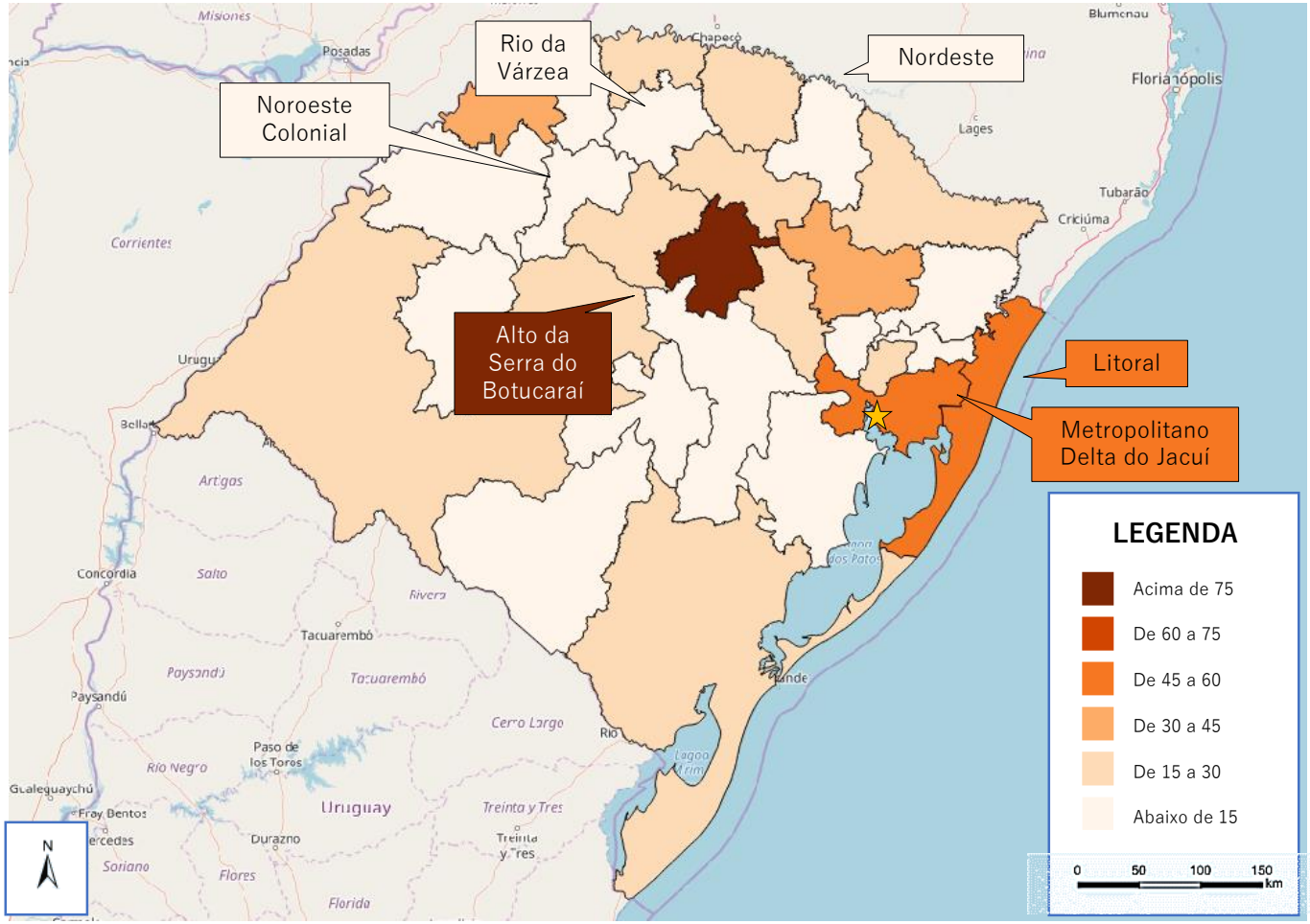


FONTE: IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS). ELABORAÇÃO: FIPE.

TAXA DE HOMICÍDIOS POR COREDES

Comparativo da taxa de homicídios por Coredes em 2016

Número de homicídios por 100 mil habitantes por Coredes - Conselhos Regionais de Desenvolvimento



Na análise por COREDEs, as maiores taxas de homicídio foram identificadas nas regiões Alto da Serra do Botucaraí (80,9 mortes por 100 mil hab.), Litoral (50,9) e Metropolitano Alto do Jacuí (49,2), enquanto as menores taxas de homicídio foram registradas no Noroeste Colonial (4,6), Nordeste (5,3) e Rio da Várzea (8,2)

Taxa de homicídios por 100 mil hab.

Alto da Serra do Botucaraí	80,9
Litoral	50,9
Metropolitano Delta do Jacuí	49,2
Rio da Várzea	8,2
Nordeste	5,3
Noroeste Colonial	4,6

FONTE: IBGE / DIRETORIA DE PESQUISAS – COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO, INDICADORES SOCIAIS E SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) E OPENSTREET MAPS. ELABORAÇÃO: FIPE.

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE NO RIO GRANDE DO SUL

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DA RENDA DOMICILIAR MÉDIA PER CAPITA*, ÍNDICE DE GINI** E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA*** NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

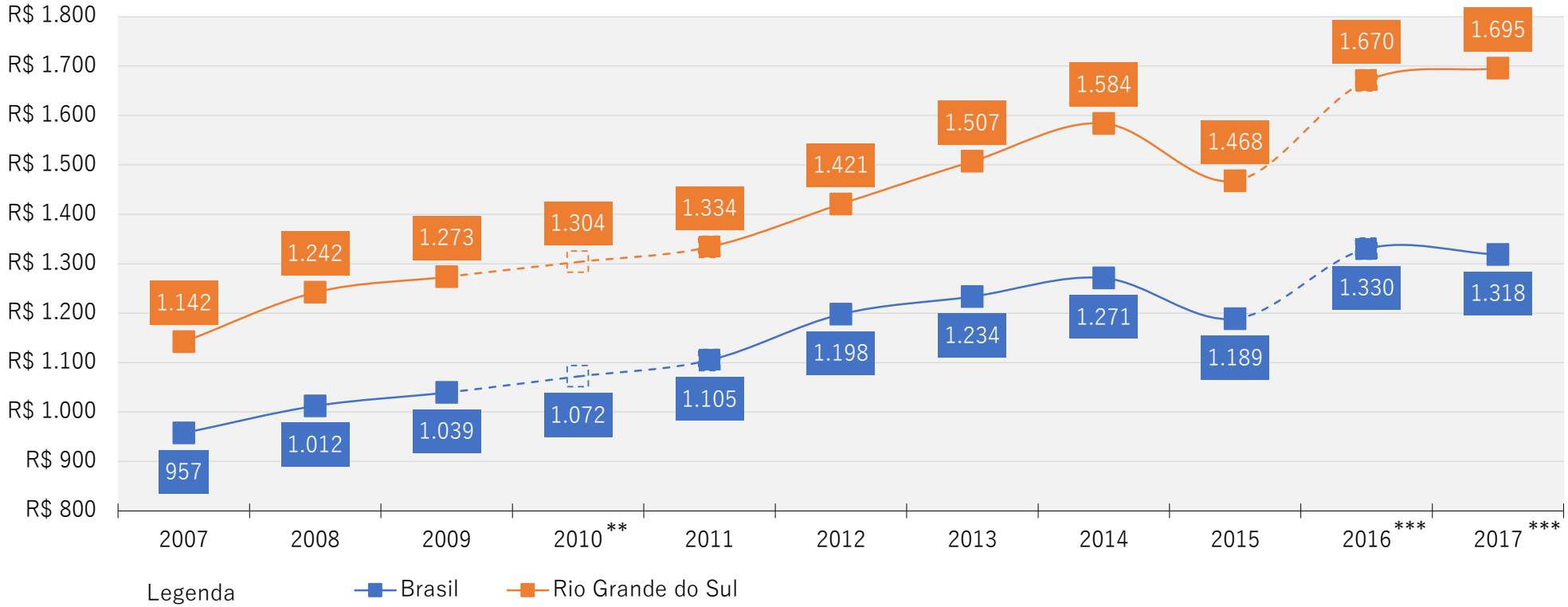
Análise elaborada a partir de dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual (descontinuada em 2015) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** (mantida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). (*) A renda domiciliar per capita média é calculada como razão entre rendimento total de um domicílio (considerando pessoas acima de 14 anos) e o número de pessoas no domicílio, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos. (**) O índice de Gini, medido entre 0 e 1, corresponde ao nível de desigualdade (de renda) (***)Proporção da população morando em domicílio com renda domiciliar per capita inferior a R$ 230 de dezembro de 2017 ■

RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA*

Evolução anual da renda domiciliar *per capita* média * - Brasil e Rio Grande do Sul (R$/mês)

Série histórica da razão entre a renda domiciliar mensal (considerando pessoas acima de 14 anos) e o número de pessoas no domicílio

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010 **	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**
Brasil	957	1.012	1.039	1.072	1.105	1.198	1.234	1.271	1.189	1.330	1.318
Rio Grande do Sul	1.142	1.242	1.273	1.304	1.334	1.421	1.507	1.584	1.468	1.670	1.695

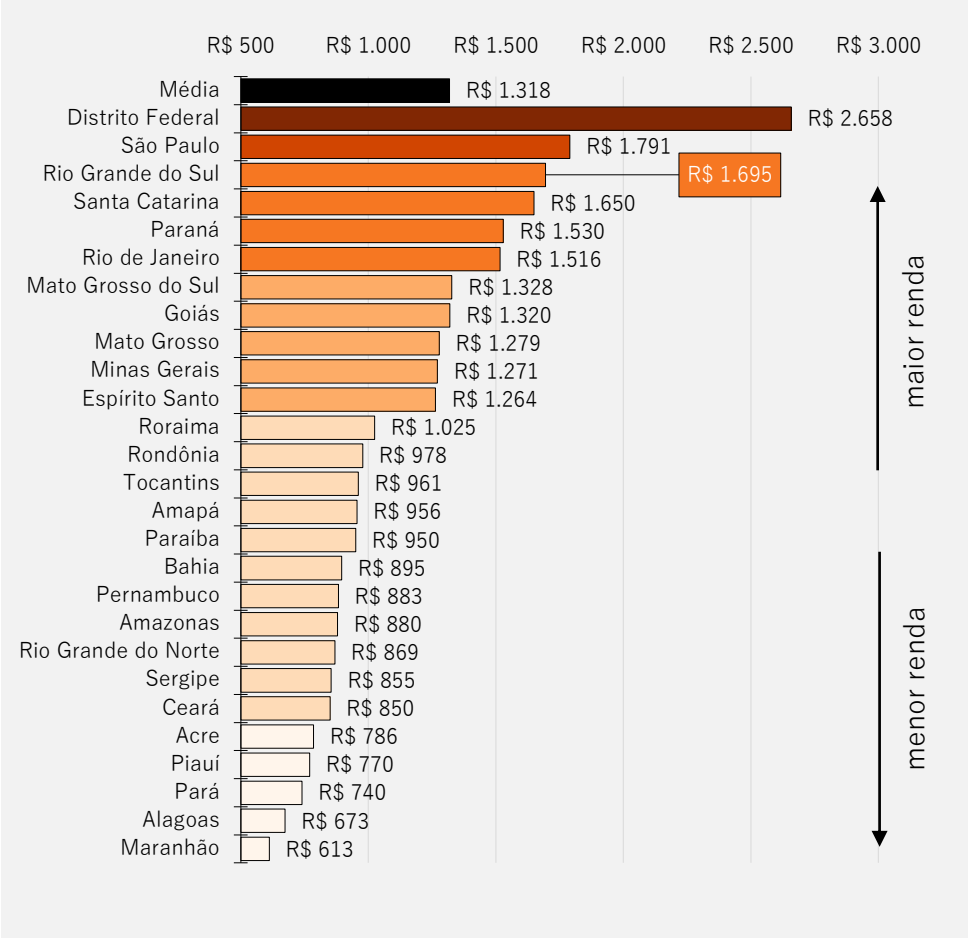


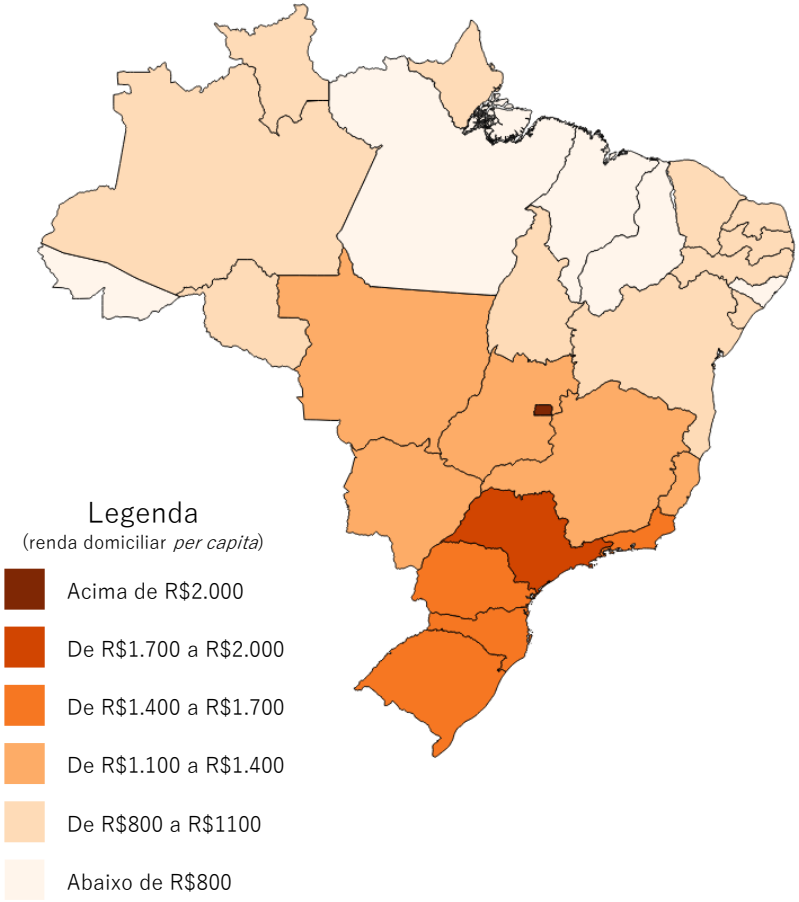
FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) VALORES EM R$ DE DEZEMBRO/2017, DEFLACIONADOS PELO IPCA/IBGE; (**) COMO NÃO HÁ PNAD PARA 2010 (ANO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010), O INDICADOR FOI INTERPOLADO LINEARMENTE PARA ESSE ANO; (***) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL. A COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS PERÍODOS, PORTANTO, DEVE SER FEITA COM CAUTELA.

RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* POR UF

Comparativo da renda domiciliar *per capita* média por UF em 2017 (R$)

Nível de renda domiciliar *per capita* média (mensal) por unidade federativa





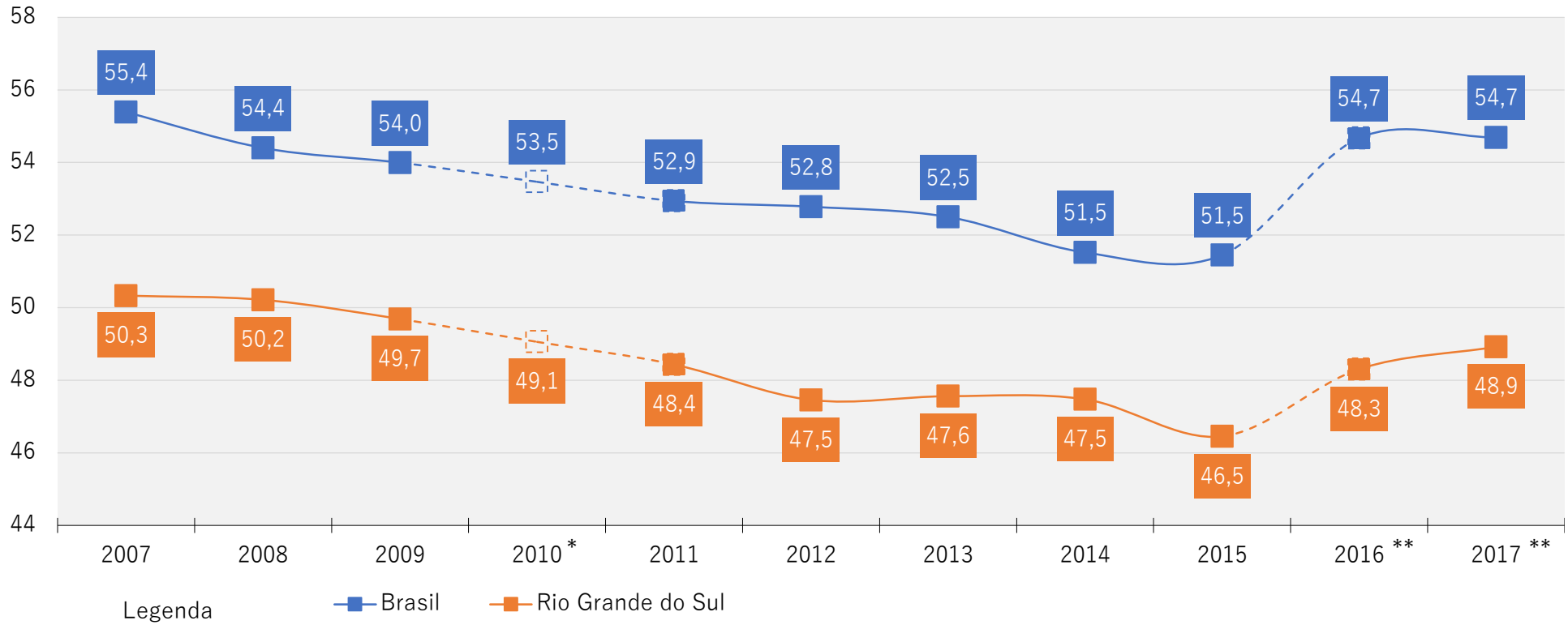
FONTE: PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) VALORES EM R$ DE DEZEMBRO/2017, DEFLACIONADOS PELO IPCA/IBGE.

ÍNDICE DE GINI (DESIGUALDADE)

Evolução anual do Índice de Gini - Brasil e Rio Grande do Sul

Série histórica da desigualdade, medida pelo índice de Gini (entre 0 – nenhuma desigualdade e 100 – desigualdade máxima)

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010*	2011	2012	2013	2014	2015	2016**	2017**
Brasil	55,4	54,4	54,0	53,5	52,9	52,8	52,5	51,5	51,5	54,7	54,7
Rio Grande do Sul	50,3	50,2	49,7	49,1	48,4	47,5	47,6	47,5	46,5	48,3	48,9

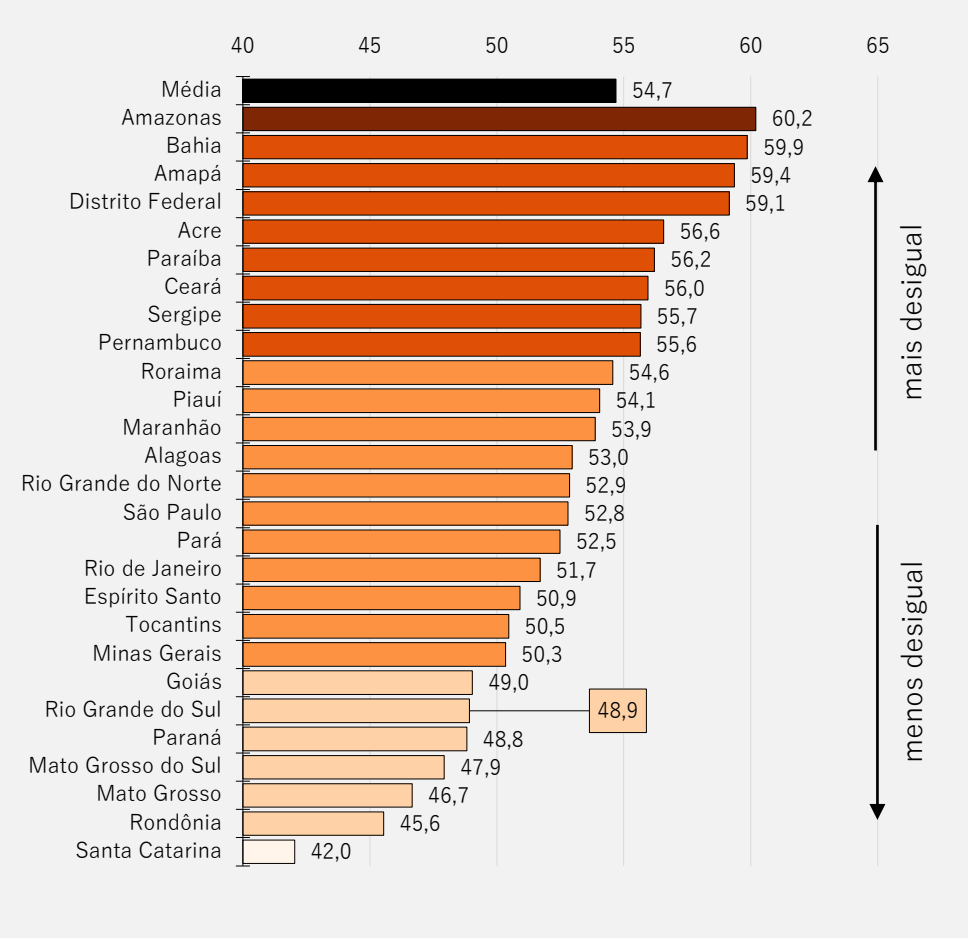


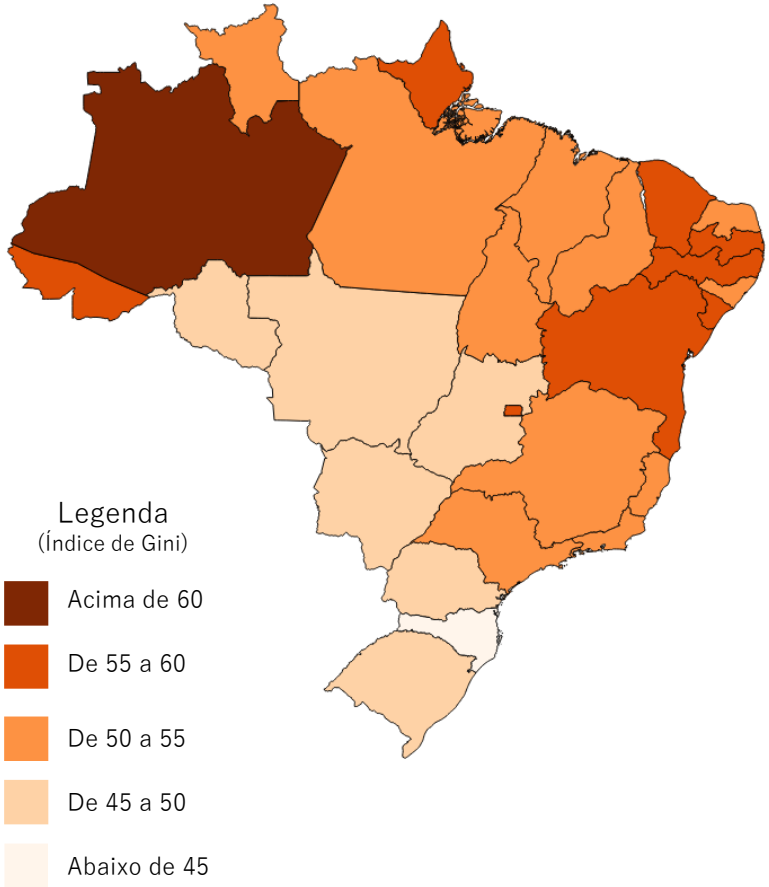
FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) COMO NÃO HÁ PNAD PARA 2010 (ANO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010), O INDICADOR FOI INTERPOLADO LINEARMENTE PARA ESSE ANO; (**) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, LUGAR À PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL. A COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS PERÍODOS, PORTANTO, DEVE SER FEITA COM CAUTELA.

ÍNDICE DE GINI (DESIGUALDADE) POR UF

Comparativo do Índice de Gini por UF em 2017

Índice de Gini (entre 0 e 100) calculado por unidade federativa





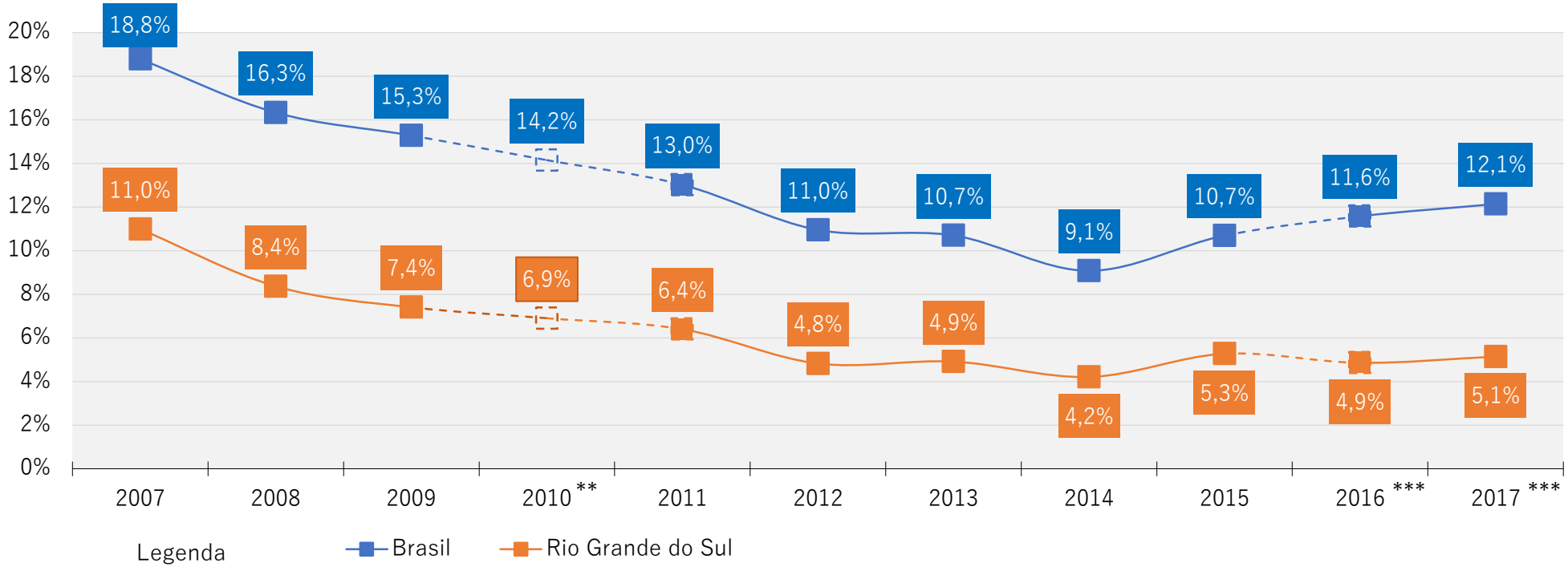
FONTE: PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE.

POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA

Evolução anual da população abaixo da linha de pobreza - Brasil e Rio Grande do Sul (%)

Série histórica do % da população vivendo em domicílio com renda domiciliar per capita inferior a R$ 230* ao mês

Dimensão geográfica	2007	2008	2009	2010**	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	18,8%	16,3%	15,3%	14,2%	13,0%	11,0%	10,7%	9,1%	10,7%	11,6%	12,1%
Rio Grande do Sul	11,0%	8,4%	7,4%	6,9%	6,4%	4,8%	4,9%	4,2%	5,3%	4,9%	5,1%

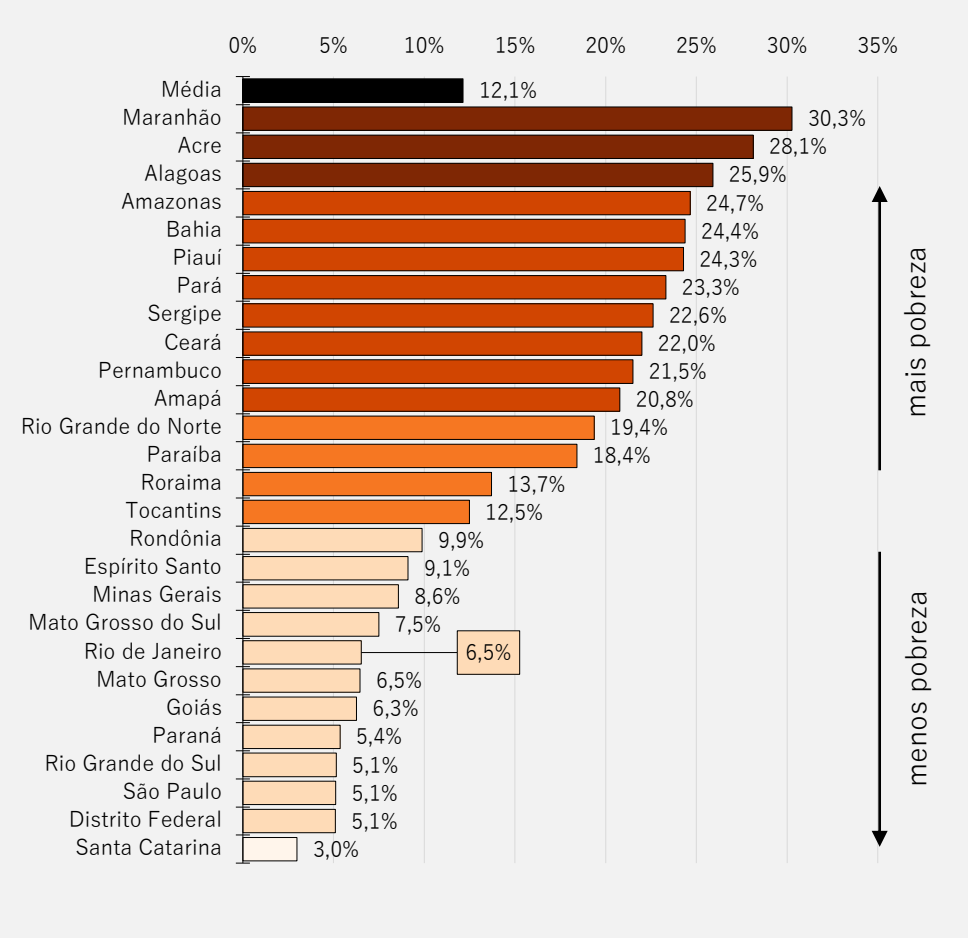


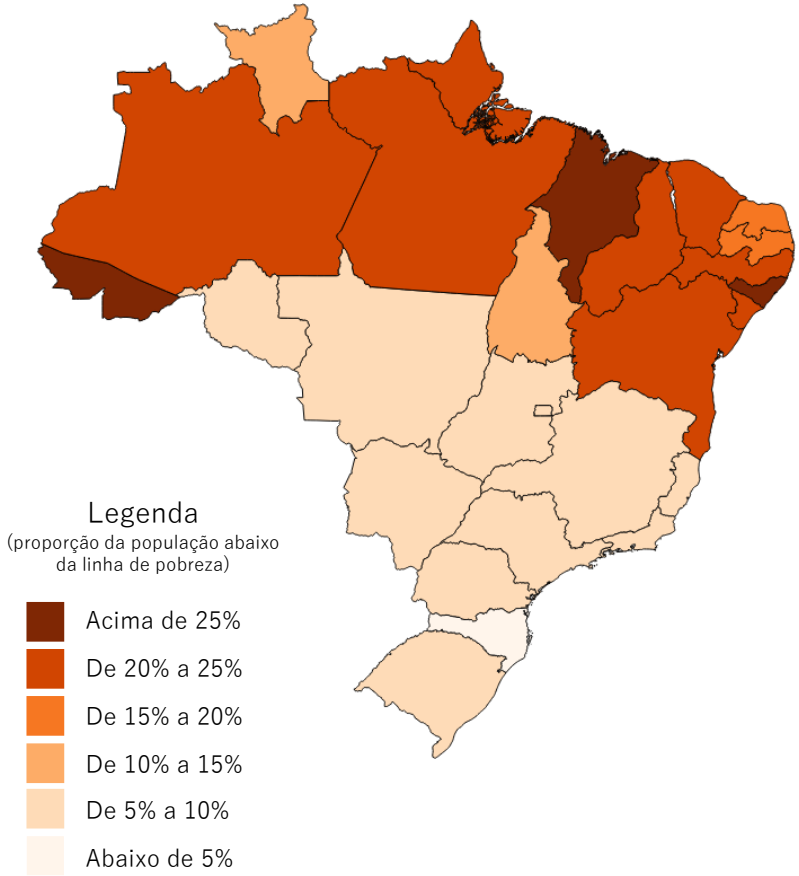
FONTE: PNAD ANUAL (IBGE) E PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) VALORES EM R$ DE 2017, DEFLACIONADOS PELO IPCA/IBGE; (**) COMO NÃO HÁ PNAD PARA 2010 (ANO DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010), O INDICADOR FOI INTERPOLADO LINEARMENTE PARA ESSE ANO; (***) A PARTIR DE 2016, A PNAD ANUAL FOI DESCONTINUADA, SENDO SUBSTITUÍDA PELA PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL. A COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS PERÍODOS, PORTANTO, DEVE SER FEITA COM CAUTELA.

POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DA POBREZA POR UF

Comparativo da população abaixo do linha de pobreza por UF em 2017

Proporção da população vivendo em domicílio com renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 230 ao mês* por unidade federativa





FONTE: PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE). ELABORAÇÃO: FIPE. NOTAS: (*) VALORES EM R$ DE DEZEMBRO/2017, DEFLACIONADOS PELO IPCA/IBGE.

GLOSSÁRIO

CONCEITOS, METODOLOGIA DOS
INDICADORES E MAPA DE COREDES

GLOSSÁRIO CONCEITOS E METODOLOGIA

A produção de indicadores e estatísticas de natureza socioeconômica envolve um conjunto de fontes de dados públicos, cada qual responsável pela divulgação de pesquisas relacionadas ao tópico de interesse. Muitas vezes, a despeito de diferenças metodológicas e amostrais, o mesmo dado pode ser obtido por diferentes fontes, sendo disponibilizado para diferentes níveis de dimensões demográficas (Brasil, unidades federativas, Coredes e municípios). A seguir, são expostos conceitos específicos relacionados aos indicadores tratados no atual relatório, bem como especificidades metodológicas:

- **Taxa líquida de matrícula (em %):** é a razão entre o número total de alunos matriculados com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária. O indicador apresenta a porcentagem da população que está matriculada no nível adequado a sua faixa etária, medindo, assim, acesso ao sistema educacional na idade recomendada para cada um dos níveis (fundamental e médio). No relatório, a taxa líquida de matrícula foi calculada com base em dados da PNAD Anual/PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE), para o Brasil, Rio Grande do Sul e demais unidades federativas; enquanto o Censo Escolar do Ensino Básico (INEP) e projeções populacionais do Governo do Rio Grande do Sul foram utilizados para cálculo da taxas líquidas de matrícula para as Coredes. Vale ressaltar que, no Censo Escolar, foi considerado no cálculo o município de residência do aluno sempre que esse dado estava disponível. Nos demais casos (cerca de 10% dos matriculados), foi adotado o município da própria escola;
- **Taxa de mortalidade infantil (em número de óbitos por 1.000 nascidos vivos):** uma taxa de mortalidade é um índice demográfico obtido pela relação entre o número de mortos de uma população e um determinado espaço de tempo, normalmente um ano. No caso da mortalidade infantil, o indicador é calculado com base no número de crianças que morrem no primeiro ano de vida, por cada mil crianças nascidas vivas, durante o período de um ano em uma determinada região (há, ainda, autores que calculam o indicador com a morte de crianças com menos de 5 anos). Entende-se que a melhoria das condições socioeconômicas da população está associada à redução da a taxa de mortalidade infantil. Os indicadores do presente relatório empregam dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC/DATASUS) e o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS);
- **Expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer (em anos):** número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido, mantido o padrão de mortalidade existente na população residente, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa o número médio de anos que se esperaria que um recém-nascido vivesse. O aumento da esperança de vida ao nascer sugere melhoria das condições de vida e de saúde da população. O relatório emprega dados do IBGE, especificamente, da Projeção da População do Brasil, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2060, Revisão 2013, e Projeção da População das Unidades da Federação, por Sexo e Idade, para o Período 2000/2030, Revisão 2013.

GLOSSÁRIO CONCEITOS E METODOLOGIA

- **Taxa de homicídios (em número de homicídios por 100 mil habitantes):** para avaliar o nível de violência e insegurança, um dos indicadores mais utilizados na literatura é a taxa de homicídios, isto é, o número de óbitos classificados como homicídios para cada 100 mil habitantes de uma determinada região, considerando óbitos por agressões, intervenções legais e operações de guerra (por ex. causados por ação de forças de segurança). A unidade de medida está expressa em homicídios por 100 mil habitantes. No presente documento, o indicador é calculado com base em dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS) e dados populacionais do IBGE;

- **Renda domiciliar *per capita* média (em R$/mês):** para avaliar o nível médio de renda de uma determinada população, existem diversas indicadores e metodologias que dependem da fonte e regularidade dos dados, bem como a sua finalidade. No caso do presente documento, adotou-se como referência a razão entre a renda do domicílio (considerando pessoas acima de 14 anos) e o número total de pessoas residentes no domicílio (excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos), o que resulta em um indicador *per capita*. Para o cálculo do indicador, foram utilizados dados da PNAD Anual (IBGE), até 2015 (foi descontinuada) e da PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE) a partir de 2016. Os valores foram deflacionados pelo IPCA para valores de dezembro/2017. Para tanto foram considerados os números índices de setembro de cada ano (mês de referência) até 2015 e a média anual dos números-índices mensais para 2016 e 2017 (conforme recomendação do próprio IBGE);

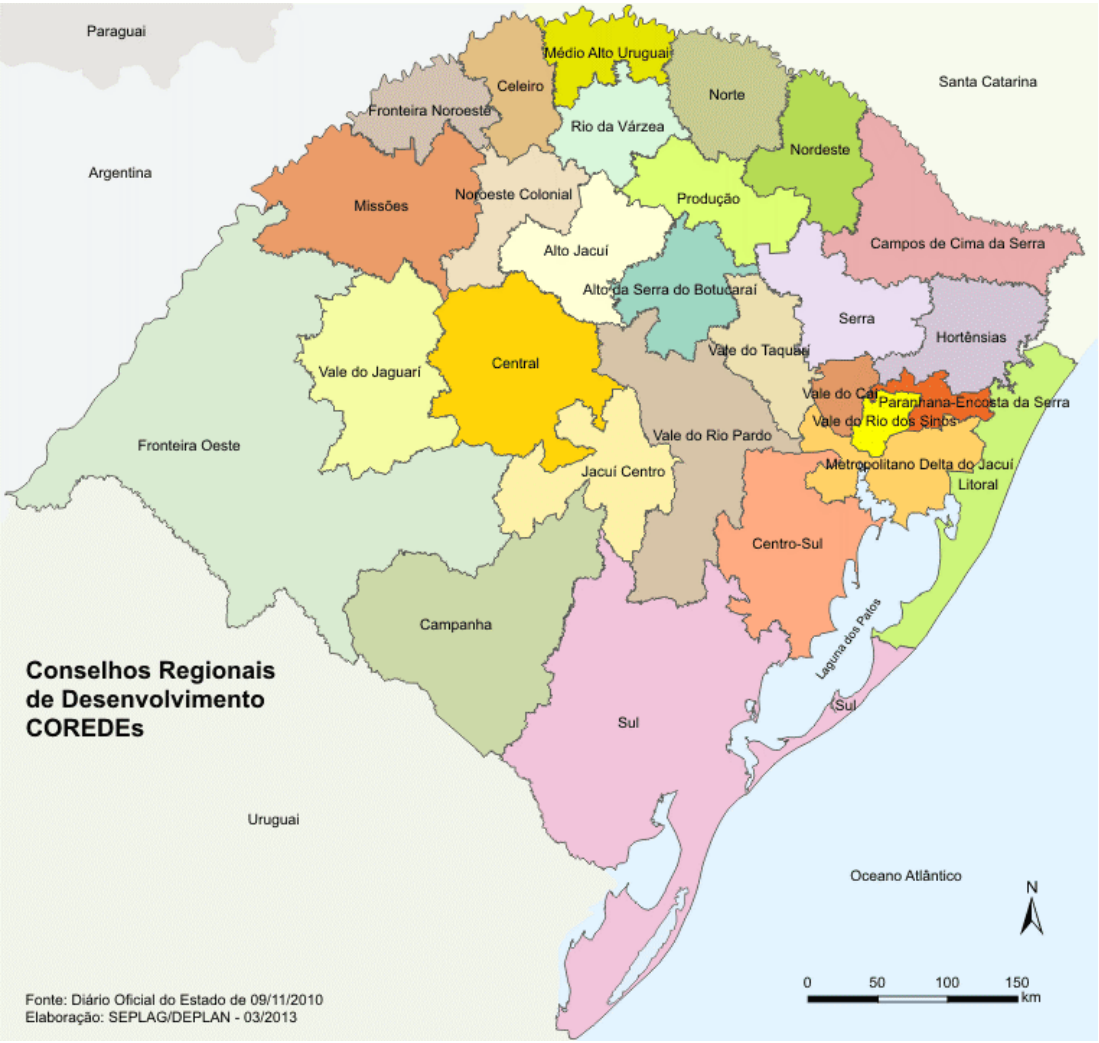
- **Proporção da população abaixo da linha de pobreza (em %):** um dos indicadores utilizados para mapear pobreza é o percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a um limite pré-definido. No presente documento, adotou-se como parâmetro para determinar a linha de pobreza uma renda domiciliar per capita de R$ 162 (em abril de 2012), definida pela SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Governo Federal. Tal linha de pobreza foi deflacionada/inflacionada para dezembro/2017 com base no IPCA/IBGE e comparado à renda domiciliar per capita de cada domicílio também expressa em R$ de dezembro/2017, obtida com base em dados da PNAD Anual (IBGE), até 2015 (foi descontinuada) e da PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE) a partir de 2016. O indicador final, expresso em percentual (%), revela a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza em cada dimensão geográfica.

- **Índice/coeficiente de Gini (entre 0 a 100):** o indicador é uma medida de desigualdade em uma determinada distribuição. É expresso por um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade (por exemplo, todos receberiam a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa concentra toda a renda). Pode ser expresso também como um coeficiente entre 0 e 100, multiplicando-se por 100 o indicador. No presente documento, o Índice de Gini foi calculado para o Brasil e para as unidades federativas, incluindo o Rio Grande do Sul, com base em dados da PNAD Anual (IBGE), até 2015 (foi descontinuada) e da PNAD CONTÍNUA - DIVULGAÇÃO ANUAL (IBGE)

GLOSSÁRIO COREDES

Sobre os COREDEs: os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Seus principais objetivos são a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a melhoria da eficiência na aplicação dos recursos públicos e nas ações dos governos para a melhoria da qualidade de vida da população e a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente.

A divisão regional, inicialmente composta por 21 regiões, foi alterada em 1998 com a criação do 22° COREDE – Metropolitano Delta do Jacuí e, em 2003, com a criação dos COREDEs Alto da Serra do Botucaraí e Jacuí Centro. Em 2006 foram criados os COREDEs Campos de Cima da Serra e Rio da Várzea. E, finalmente, em 2008, através do Decreto 45.436, foram criados os COREDEs Vale do Jaguari e Celeiro. O Estado conta, atualmente, com 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento



Mais informações e mapas sobre os COREDEs encontram-se disponíveis em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO ANUAL DE CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO ELABORADO A PARTIR DE DADOS PÚBLICOS